

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MAURÍCIO LUIZ MUNARINI

**A TEORIA NEORREALISTA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SUA
APLICAÇÃO NO COMBATE AO ESTADO ISLÂMICO: BALANÇA DE
PODER OU DE BALANÇA DE AMEAÇAS**

Florianópolis, 2016

MAURÍCIO LUIZ MUNARINI

**A TEORIA NEORREALISTA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SUA
APLICAÇÃO NO COMBATE AO ESTADO ISLÂMICO: BALANÇA DE
PODER OU DE BALANÇA DE AMEAÇAS**

Monografia submetida ao curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para a obtenção do grau de bacharêu em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Dr. Lucas Pereira Rezende

Florianópolis, 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A banca examinadora resolveu atribuir nota ____8,5____ ao aluno Maurício Luiz Munarini, na disciplina CNM 7280 - Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Professor Dr. Lucas Pereira Rezende

Orientador

Professor do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina

Professora Dr. Iara Costa Leite

Professora do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina

Professora MSc. Yasmin Azucena Calmet Ipince

Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Santa Catarina

Quando o mundo inteiro está em silêncio, até mesmo uma só voz se torna poderosa -

Malala Yousafzai.

RESUMO

MUNARINI, Maurício Luiz. **A Teoria Neorrealista das Relações Internacionais e sua Aplicação no Combate ao Estado Islâmico**: balança de poder ou balança de ameaças. 2016. 55 f. TCC (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

As políticas de balança de poder e de balança de ameaças indicam que os Estados estão em constantes atitudes balanceadoras. Dessa forma, a declaração do Califado feita pelo Estado Islâmico (EI) em 2014 destacou a necessidade de uma resposta internacional para o novo problema que emergiu no cenário securitário internacional. Esta pesquisa examina de que forma os principais países do sistema, e os países mais próximos do grupo estão reagindo contra o EI, abordando as principais características e ações do grupo. Busca-se então entender se as políticas de balança de poder estão ocorrendo, de acordo com o pensamento tradicional do neorrealismo sobre balanceamento, ou se as ações adotadas configuram mais uma situação de balança de ameaças.

Palavras-chave: Estado Islâmico; Neorrealismo; balança de poder; balança de ameaças.

ABSTRACT

MUNARINI, Maurício Luiz. **The Neorealist Theory of International Relations and its Application in fighting the Islamic State**: balance of power or balance of threat. 2016. 63 p. Thesis (Undergraduate) – International Relations Program, Department of Economics and International Relations, Federal University of Santa Catarina, Florianopolis, 2016.

The balance of power and balance of threats politics indicates that States are in constant attitudes of balancing. Thus, the Caliphate statement made by the Islamic State (IS) in 2014 highlighted the need for an international response to the new problem that emerged in the international security cenario. This research examines how the major system countries, and the countries closest to the group are reacting against IS, addressing the main characteristics and actions of the group. The aim is to understand if the balance policies are taking place according to the traditional thinking of neorealism on balancing, or if the actions taken constitute a further balance of threat situation.

Key-words: Islamic State, Neorealism, balance of power, balance of threats.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
2. MARCO TEÓRICO - NEORREALISMO	10
2.1 A Estrutura do Sistema Internacional: princípios centrais	10
2.2 O conceito de Balança de Poder e suas dinâmicas na Política Internacional	17
2.3 A Balança de Ameaças e a visão do Estado revolucionário.....	25
3. O ESTADO ISLÂMICO: consolidação de uma ameaça	31
3.1 Origens e Consolidação do Estado Islâmico	31
3.2 Análise das capacidades gerais do Estado Islâmico	34
3.2.1 Complexidade Econômica.....	36
3.2.2 Capacidades Militares	38
3.2.3 O fator ideológico e o uso da internet e redes sociais	39
3.3 A Reposta Internacional	40
3.4 Aplicação das teorias de balança de poder e de balança de ameaças para o EI	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	59

INTRODUÇÃO

A recorrência do conflito em um sistema internacional que não é regido por nenhuma autoridade soberana é notória, Waltz (1979) observa que causas de conflito podem ser encontradas em formas de governo, sistemas econômicos, instituições sociais, ideologias políticas, o que mostra que diferentes formas de organizações podem entrar em guerra. Neste sentido, são inúmeros os desafios enfrentados por diversos governos do mundo na busca de uma estabilidade política e de segurança para seus países e cidadãos.

O surgimento, nesta década, do Estado Islâmico (EI) põe à prova tais noções de segurança e estabilidade. Sobre a atuação do grupo, Brancoli (2014) elucida que:

o aumento da influência do Estado Islâmico chamou atenção ainda pela brutal violência empregada pelos seus membros. Baseando suas ações em interpretações ortodoxas da lei islâmica, o grupo é acusado de ter assassinado centenas de civis, empregando, inclusive, métodos como crucificação e decapitação. Nos casos mais midiáticos, provocaram uma crise humanitária ao isolar no alto de uma cadeia de montanhas cerca de 40 mil pessoas da minoria étnica yazidi, o que provocou ataques aéreos por parte dos Estados Unidos (BRANCOLI, 2014, p. 12).

A noção de que o EI é uma real ameaça à segurança dos Estados da região que se encontra, e também fora dela, é central para este trabalho. O próprio Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), em relatório publicado em novembro de 2014, afirma que o grupo representa uma clara ameaça à paz e à segurança internacionais, destacando seu brutal extremismo, as ameaças à vida das populações que estão em territórios controlados pelo EI, bem como aos demais países do globo. Assim, pretende-se desenvolver um estudo direto sobre os impactos na política internacional advindas da aceitação da concretização do EI como uma ameaça à segurança global.

De uma forma geral, buscar-se-á através deste estudo responder se os Estados na visão neorrealista das relações internacionais vão balancear contra poder ou contra ameaças no caso do Estado Islâmico. Portanto, o marco teórico será baseado na teoria neorrealista das Relações Internacionais, teoria que foi predominante nos estudos de segurança e de política internacional como um todo, mas que hoje enfrenta uma série de questionamentos sobre sua real aplicabilidade nas condições atuais do sistema internacional (BALDWIN, 1993).

Sendo assim, uma primeira parte do trabalho será dedicada ao entendimento das dinâmicas de segurança e de política internacional descritas pelos principais autores neorrealistas, como Waltz (1979), Morgenthau (1985) e Mearsheirmer (2001). Nesse capítulo espera-se entender como os Estados, envolvidos por uma estrutura anárquica, devem se comportar, admitindo ainda questões como poder, autoajuda, *status quo*, maximização de poder, possibilidade de cooperação, formação de alianças e, principalmente, a formação de balanças de poder como uma política adotada por Estados para aumentar e garantir sua sobrevivência no Sistema.

Para avaliar, então, como os Estados vão responder frente ao desafio securitário criado pelo surgimento do EI, duas principais formas de ação estatal serão abordadas, a tradicional ideia de balança de poder e uma visão, proposta por Walt (1985), chamada de teoria de balança de ameaças. Além disso, visto a dificuldade em definir o grupo, o trabalho deve ir além da visão tradicional de Estado sugerida pelos clássicos do neorrealismo, assim, uma ideia de Estados revolucionários será trabalhada para, assim, avaliar a adequação do EI dentro dessa nova visão estatal.

Assim, em um primeiro momento busca-se entender e explicar a teoria neorrealista das Relações Internacionais, bem como suas principais características. Além de avaliar a possibilidade de alianças entre Estados para o neorrealismo e como estes vão se comportar quando sentirem que sua segurança está em jogo.

A segunda parte do trabalho será utilizada para conhecer o problema em questão, ou seja, entender a formação do EI, como o grupo alcançou tamanha dimensão em territórios do Iraque e da Síria, quais são seus objetivos, quais ações o mesmo já vem tomando e como estas geram respostas e demandam ações internacionais. Dessa forma, uma análise do sistema de governo estabelecido pelo EI será feita, observando como o grupo atua nas esferas econômica, política, ideológica, militar e social.

Ainda assim, devem ser averiguadas quais as respostas que a comunidade internacional vem adotando perante ao EI, principalmente as que envolvem os Estados diretamente envolvidos, de alguma maneira, com o grupo. O que deve ficar evidente é se o EI é uma ameaça real, e para quem. Dessa forma, as ações que já vem sendo adotadas por diversos países devem contribuir para tal conclusão, bem como a formação de alianças e ações unilaterais.

A percepção de que o EI é hoje um real problema securitário a se enfrentar, ajuda a justificar a necessidade de um entendimento mais amplo sobre as dinâmicas da política internacional acarretadas por tal problema. Jorge (2012), que ao analisar as ameaças

globais à segurança dos Estados Unidos da América, postula o Estado Islâmico como sendo um dos principais desafios à estabilidade mundial, assim como acredita que um Movimento Jihadista Global está em curso hoje.

À medida que avançam os impactos causados pelo EI no mundo, respostas das principais nações do globo são esperadas para neutralizar tal situação. Em setembro de 2014, o presidente estadunidense Barack Obama anunciou a formação de uma ampla coalizão internacional para derrotar o EI, enfatizando que “o nosso objetivo é claro: nós iremos degradar e, finalmente, destruir o Estado Islâmico através de uma abrangente estratégia contra-terrorista” (OBAMA, 2014).

Por fim, o trabalho buscará enquadrar o EI nas políticas de balança de poder, amplamente abordada por teóricos neorrealistas, e nas de balança de ameaças, apontadas por Walt (1985) como mais eficientes atualmente, quando não se observam mais conflitos entre grandes potências, e sim outros tipos de conflito menores. Dessa forma, comparações entre as duas linhas de pensamento e a realidade apresentada pelo EI e pelos combates ao grupo serão feitas para buscar responder o problema de pesquisa.

Por fim, o trabalho também buscará enquadrar o EI como um Estado revolucionário, observando se esta caracterização é possível e quais os possíveis resultados para os dois tipos de balanceamento que isso acarreta.

2. MARCO TEÓRICO - NEORREALISMO

Propondo adequar da melhor maneira o estudo da percepção de ameaças na visão neorrealista das relações internacionais implicadas pelo surgimento do Estado Islâmico (EI), a compreensão dos estudos de Kenneth Waltz sobre o tema se faz essencial, considerando o autor como um dos precursores e principais autores dessa corrente teórica.

Observa-se então a necessidade de uma teoria para analisar as possíveis causas sistêmicas do conflito, esta pode ser trabalhada, de acordo com Waltz, como a “descrição de uma organização de um domínio e das conexões dentro dele”, dessa forma, uma teoria irá funcionar na medida em que ela “isola uma domínio de todos os outros e lida com o mesmo intelectualmente” (WALTZ, 1988, p. 618). É importante perceber que não se está buscando tratar de irregularidades ou fatos inesperados, regularidades e repetições devem estar presentes para que a mesma possa ser aplicada e buscar, através dela, explicações para os fenômenos que ocorrem nessas condições.

Dessa forma, Waltz afirma que é possível enquadrar o neorrealismo como teoria sistêmica, ou seja, uma teoria que explica como a organização de um domínio atua como força constrangedora ou de persuasão na interação de unidades nesse domínio, assim, a quais forças estão sujeitas as unidades. Logo chega-se a algumas deduções sobre o comportamento e o destino esperados para as unidades, especificamente, como elas vão ter que competir com, e ajustar-se umas as outras se quiserem sobreviver e prosperar (WALTZ, 1988).

Baldwin (2006) observa que Waltz reformulou os princípios do realismo clássico com foco na melhor delimitação dos efeitos da estrutura do sistema internacional no comportamento dos Estados, conceito este que se torna central para o neorrealismo e para o debate entorno da teoria. Ainda retratando as mudanças acarretadas com a ascensão do realismo estrutural, Waltz (1979) via seu trabalho como diferente dos realistas anteriores no seu tratamento do poder e de Estados como unidades do sistema. Desse forma, este capítulo busca prover as considerações necessárias sobre a teoria neorrealista e suas principais características.

2.1 A Estrutura do Sistema Internacional: princípios centrais

Um sistema para o realismo estrutural é composto por uma estrutura com unidades interagindo dentro dela. Waltz (1986) aponta que a estrutura é o componente principal e

que deve ser vista de forma holística no sistema, pois é ela que o torna possível como um todo. Dessa forma, a definição de estrutura deve deixar de lado, ou abstrair dela, as características das unidades, seu comportamento e suas interações. Pode se dizer que para definir estrutura não deve-se olhar para como os Estados interagem uns com os outros, mas sim como eles se situam em relação ao outro, como eles estão organizados ou posicionados (WALTZ, 1986). Isso pois a organização das unidades é, para o neorrealismo, uma propriedade do sistema.

Através do pensamento de Waltz (1979) percebe-se que a estrutura, então, se torna constante enquanto personalidade, comportamento e interações, sendo que estas variam largamente. Desse modo, ela se apresenta como bruscamente distinta de ações e interações, e por ser definida pela organização das partes, só uma mudança dessa natureza alteraria a estrutura então posta.

Dessa forma, é necessário observar como se desenha essa estrutura política do sistema internacional, Waltz (1979) afirma que ela é dividida em três componentes analíticos essenciais: o princípio segundo o qual o sistema está ordenado, que para o autor é a anarquia, isto é, a ausência de uma ordem hierárquica e de relações de autoridade em nível internacional; a diferenciação das unidades e especificação de suas funções; e a distribuição de recursos materiais entre as unidades, tais componentes serão melhor trabalhados adiante.

Waltz (1988) afirma que é preciso acreditar que algumas causas de resultados internacionais são o resultado de interações a nível da unidade, e, uma vez que as variações em causas presumidas não correspondem totalmente a variações nos resultados observados, é preciso também assumir que outras estão localizadas no nível estrutural. Causas no nível de unidade interagem com aquelas no nível do estrutura, e, porque elas o fazem, explicações que levam em conta apenas o nível da unidade se tornam obrigatoriamente enganosas. Se uma abordagem permite a consideração de ambos os níveis, então ela pode lidar com ambas as mudanças e continuidades que ocorrem em um sistema.

Admitindo o predomínio de uma estrutura, é necessário notar que a qualidade essencial do sistema para o neorrealismo é a anarquia, ou seja, a ausência de uma monopólio legítimo da força. Assim, mudanças de estrutura e, conseqüentemente, do sistema ocorrem com variações no número de grandes potências, dessa maneira a gama de resultados esperados é inferida a partir da motivação assumida das unidades e da estrutura do sistema em que atuam (WALTZ, 1988). Grieco (1988) observa que em um

sistema anárquico os Estados devem estar mais preocupados com poder relativo, segurança e sobrevivência, e é com essa preocupação em mente que eles devem se comportar nas suas interações com os demais.

O conceito de anarquia é fundamental para a teoria realista na sua visão da política internacional, tratando muitas vezes a mesma como algo próximo do caos e da desordem - a guerra de todos contra todos na visão hobbesiana. Já o neorrealismo passa a abordar a anarquia admitindo que a política mundial apresenta sim certa ordem e o que deve ser considerado como foco de análise são a natureza dessa ordem, sua extensão e causas (BALDWIN, 1993).

Waltz (1988) defende que Estados em um sistema anárquico devem prover sua própria segurança e delimitar quais são as ameaças reais ou aparentes que devem enfrentar. Para o neorrealismo como um todo, as relações entre Estados ainda permanecem tensas, os atores são normalmente desconfiados e muitas vezes hostis, mesmo que por natureza, eles não podem ser dados a desconfiança e hostilidade. Assim, agindo individualmente, como observa Waltz, Estados devem fazer o que podem para reforçar sua segurança, esse estado inquieto das coisas é exacerbado pelo dilema de segurança, no qual as medidas que melhoram a segurança de um Estado tipicamente diminuem a dos outros.

Portanto, em um ambiente anárquico, um Estado que está acumulando instrumentos de guerra, mesmo que para sua própria defesa, é lançado por outros como uma ameaça que exige resposta. A resposta em si, em seguida, serve para confirmar a crença do primeiro Estado que ele tinha razão para se preocupar. Da mesma forma uma aliança que, no interesse da defesa, move-se para aumentar a coesão entre os seus membros, vai causar uma resposta, possivelmente, de outra aliança (WALTZ, 1988).

Ademais, não é possível definir que o neorrealismo e seus teóricos defendem pontos de vistas totalmente semelhantes nas análises que fazem sobre o sistema, Mearsheimer pode ser visto como principal proponente de uma corrente mais ofensiva do neorrealismo, sua tese principal é que mesmo Estados que querem apenas se manter seguros agem de forma agressiva, isso porque o sistema internacional os força a agir de tal forma, assim, o autor afirma que:

Essa situação, a qual ninguém está conscientemente concebido ou destinado, é verdadeiramente trágica. Grandes potências que não têm nenhuma razão para lutar entre si - que estão apenas preocupadas com a sua própria sobrevivência -, no entanto, têm pouca escolha a não ser perseguir o poder e tentar dominar o outro Estado no sistema (MEARSHEIMER, 2001).

O autor vai mais longe e afirma que qualquer que seja a natureza dos Estados componentes do sistema, a política internacional “tem sempre sido um negócio cruel e perigoso, e é provável que se mantenha assim” (MEARSHEIMER, 2001).

Mearsheimer (2001) cria cinco premissas que juntas vão apoiar logicamente suas conclusões supracitadas, afirma que não há existência um governo global; que dessa forma todos os Estados são capazes de usar força contra outros Estados; logo, nenhum Estado pode se considerar totalmente seguro de que um outro Estado não usará a força contra ele; se torna imprescindível para todos os Estados que busquem manter sua integridade territorial e sua autonomia doméstica; e por fim, são estes Estados atores racionais. Todas estas premissas serão melhor detalhadas na explicação sobre balança de poder.

Nenhuma dessas afirmações sozinhas dita que grandes potências devem se comportar de maneira agressiva umas com as outras de forma geral. Existe, certamente, a possibilidade que alguns Estados tenham intenções hostis, mas a única hipótese que lida com um motivo específico que é comum para todos os Estados é que os mesmos tem como principal objetivo sua sobrevivência, que por si só, é um objetivo bastante inofensivo. Entretanto, quando as cinco premissas estão combinadas, elas criam um poderoso incentivo para grandes potências pensarem e agirem ofensivamente umas contra as outras (MEARSHEIMER, 2001).

Por outro lado, Waltz (1988) observa que não só os Estados buscam primordialmente manter seu *status quo*, mas também afirma que as próprias características do sistema internacional vão coagi-lo a não tomar atitudes de caráter expansionista. Dessa maneira o autor alega que a natureza da política internacional força todos os Estados a se focarem na preservação de sua própria independência, formando coalizões balanceadoras antes do que buscar a maximização de seu próprio poder, nota-se que a possibilidade de alianças entre países para o enfrentamento de um inimigo comum é uma ideia presente no pensamento de Waltz e outros autores neorrealistas, ideia está que será aprofundada nas seções seguintes.

Como pode ser visto, o papel do poder é fundamental para o entendimento da política internacional na visão neorrealista. Embora poder seja um conceito chave para essa teoria, “sua definição apropriada permanece uma matéria controversa” (WALTZ, 1986, p. 333) Gilpin (1981) descreve o conceito de poder “como um dos mais problemáticos no campo de estudo das relações internacionais” (GILPIN, idem, p13).

Sugere assim que o número e a variedade de definições são um problema para cientistas políticos.

Waltz (1979) rejeita a noção usual de poder de que um agente é poderoso na extensão que ele afeta outros mais do que outros afetam ele. Baldwin (2006) afirma que mesmo na visão de Waltz, ainda é necessário delimitar o escopo e domínio quando falamos sobre poder. No mesmo sentido, Nagel (1975) aponta que qualquer um que usar o conceito tradicional de poder deve, também, especificar domínio e escopo, ou seja, quais efeitos um país pode causar sobre quem.

A concepção mais comum de poder em ciências sociais trata de relações de poder como um “tipo de relacionamento casual no qual o portador do poder afeta o comportamento, atitude, crenças, ou propensão para agir de outro ator” (BALDWIN, 2006, p. 16).

Assim, sem algum conjunto de compromissos assumidos (estratégias, políticas), real ou postulada, com referências a alguns quadros de contingências operacionais, reais ou postulados, não pode haver nenhuma estimativa das capacidades políticas, ou do próprio poder. Tal conclusão é observada em Sprout e Sprout (1965), destaca-se também que o conjunto de capacidades adquire relevância e significado apenas quando relacionado a algum quadro de suposições sobre o que deve ser realizado ou tentado em quais contingências operacionais.

Waltz (1979) sugere que a capacidade dos Estados pode ser ranqueada de acordo com como eles dispõem dos determinados itens: tamanho de população e território, dotação de recursos, capacidades econômicas, força militar, estabilidade política, e competência, observando como estes servem aos interesses do Estado em questão.

Ainda sobre a distribuição de capacidades no sistema, Wendt (1999), ao analisar o neorrealismo, nota que estas dizem respeito a extensão de recursos materiais, especialmente os militares e econômicos, e como tais capacidades se distribuem e estão concentradas no sistema. Uma conclusão possível, então, é que existe uma distribuição desproporcional em grande medida destes recursos, fazendo com que Estados que os concentrem de forma significativa tornem-se polos do sistema.

Ao definir a estrutura dos sistemas políticos internacionais e demonstrando como essa opera através da anarquia e das dinâmicas de poder, o neorrealismo, segundo Waltz (1988), estabelece a autonomia da política internacional e assim faz com explicações sobre ela sejam possíveis e mais precisas. Uma teoria de política internacional mostra como a interação dos Estados gera uma estrutura que acaba os restringendo a tomar

certas ações e os induz a tomar outras. É importante destacar que essa teoria não vai se preocupar com questões de política externa dos países. Dessa forma, o objetivo é mostrar como Estados similarmente colocados na estrutura se comportam de maneira parecida, apesar de suas diferenças internas, afinal, a explicação para o comportamento destes é encontrado no nível internacional e não no nacional.

Um entendimento possível da obra de Waltz (1988) é de que uma teoria de política externa é uma teoria de nível nacional, assim, isso tende a expectativas sobre as respostas que sistemas políticos diferentes vão adotar para pressões externas. Já uma teoria de política internacional carrega com ela as políticas externas dos países, embora pretenda explicar apenas determinados aspectos destas, pode nos dizer quais as condições internacionais que políticas nacionais têm de enfrentar, como no caso da eclosão de uma nova ameaça.

Nesse sentido, é importante saber que o que Waltz pretende ao propor uma teoria da política internacional é:

Compreender de que forma o sistema internacional, como um fato social, socializa determinados comportamentos, agindo como um estabilizador dos diversos inputs provocados pelas unidades. Perceba-se que, desde a concepção do Estado como uma unidade do sistema internacional o componente sistêmico já se faz, em certa medida, presente (BITTENCOURT, 2014, p. 16)

Outrossim deve-se destacar que na política internacional é encontrado um imenso escopo de fatores que levam ao conflito: formas de governo, sistemas econômicos, instituições sociais, ideologias políticas. Estes são alguns dos poucos exemplos nos quais causas de guerras são encontradas. Ainda nesse sentido, são inúmeros os tipos de organizações que travam guerras. (WALTZ, 1988). “O estado natural é o estado de guerra. Sob as condições da política internacional, a guerra se repete; o caminho certo para abolir a guerra, então, é abolir a política internacional” (WALTZ, 2000, p. 22).

Sendo assim, os Estados colocam-se como atores que tem autonomia suficiente perante suas sociedades nacionais para reconhecer e perseguir os interesses de sua nação como um todo, e eles podem realmente estabelecer metas e estratégias que vão contra as preferências de partes importantes da sociedade, se assim acharem necessário. Esta é uma suposição de vital importância para os neorrealistas, pois lhes permitem postular a visão de que os tomadores de decisão (chefes de Estado e governo) respondem em nome do Estado-Nação como se fossem um todo capaz de apontar para as oportunidades e os perigos gerados pelo sistema internacional (GRIECO, 1997).

O que fica evidente é que para o neorrealismo a possibilidade do conflito é presente na relação entre os Estados, por outro lado, como afirma Waltz (1988), alianças também pode ser estabelecidas dentro sistema. Estas ocorrem na maioria das vezes com Estados que possuem alguns, não todos, os interesses em comum. Em alianças entre quase iguais, estratégias são sempre produto de compromisso, uma vez que os interesses dos aliados e suas noções de como proteger-se nunca são idênticas. Waltz (1979) parece ver nos assuntos militares uma maior possibilidade de cooperação, “grandes potências em um sistema multipolar dependem uma das outras para suporte político e militar em situações de crises e guerras” (WALTZ, idem, p. 169).

Waltz propõe que a guerra é um fato recorrente na política internacional e que suas explicações na teoria e filosofia política ocidental podem ser agrupadas sob três imagens, termo esse que define a maneira como alguém olha e interpreta o mundo, sendo elas a natureza humana, a estrutura doméstica do Estado, e a característica anárquica do sistema internacional. Embora nenhuma imagem seja completa em si mesma, a terceira parece conter, de acordo com Waltz, um elemento sem o qual qualquer análise parece incompleta: um componente sistêmico que faz com que a o conflito internacional exista porque nada há que o impeça de ocorrer (WALTZ, 2001 apud BITTENCOURT, 2001).

Essa terceira imagem é a descrição da anarquia internacional, que tem consequências profundas no pensamento do autor. As duas primeiras imagens são causas eficientes dos conflitos, entretanto, sem uma causa permissiva, o conflito não existiria; isto é, se houvesse, no sistema internacional, uma autoridade legítima sobre os Estados, capaz de sanções efetivas, o conflito não existiria. Essa causa permissiva é a anarquia em sua forma mais pura. (BITTENCOURT, 2014, p. 13)

Ruggie (2003) observa a existência de inúmeros centros de influência com poder de decisão próprio dentro do sistema, os Estados soberanos. Dessa forma, é notável outra característica da estrutura, ela é composta por unidades horizontalmente organizadas e que não se diferenciam entre si, isso é visto pelo autor como diferente da estrutura interna dos Estados, que é organizada verticalmente, com hierarquia de poderes (RUGGIE, 1993).

Grieco (1993) ainda observa que estes Estados, colocados no sistema da maneira que estão, vão possuir ao menos duas preocupações principais, eles devem estar atentos sobre possíveis trapças e também interessados na conquista de ganhos relativos.

Em momento nenhum deve-se afirmar, como faria um possível senso comum, que o realismo não prevê situações de cooperação: da mesma maneira que o neorrealismo é cauteloso para com a possibilidade de cooperação entre os Estados, deve-se ser cauteloso

ao afirmar que a escola despreza tal possibilidade, o que não seria, de forma alguma, verdade (BITTENCOURT, 2014).

Wendt (1999) mostra que o neorealismo sugere que os Estados em condição de anarquia tem seu melhor meio de garantir sobrevivência através da sobreposição das capacidades de seu rival, isso pode acontecer de maneira individual, com um Estado construindo e aumentando seu próprio poder, e quando não suficiente, recrutando aliados para tal êxito. A cooperação em matéria de conflito, ainda segundo o autor, vai ser possível se, e somente se, os Estados acreditarem que seus ganhos relativos com tal ação serão suficientemente satisfatórios.

Outro gerador relevante de conflitos nas últimas décadas é percebido ao que passo que democracias coexistem com Estados não democráticos ainda em grande número, e embora as democracias raramente entrem em conflito uma com as outras, isso pode ocorrer. Entretanto, Waltz (2000) sinaliza para um fenômeno crescente no pós Guerra Fria, a luta contra Estados não democráticas e outras organizações, este tipo de conflito, segundo o autor, ocorre por parte apoiado por forças internas, uma vez que os cidadãos de Estados democráticos tendem a pensar e acreditar que a forma de governo de seus países é a melhor e mais adequada para um convívio harmonioso em sociedade, uma vez que notam a presença de outros tipos de governo, só a existência dos mesmos já se põe como fator ameaçador, além disso, o autor destaca que líderes de países democráticos travam tais conflitos pelo simples fato de que eles são democráticos, sendo esta a justificativa para empreendimentos militares externos.

“Democracias promovem a guerra, porque eles às vezes decidem que o caminho para preservar a paz é derrotar estados não democráticos e torná-los democráticos” (Waltz, 2000, p. 32). O autor ainda observa que tais conflitos devem ser cuidadosamente pensados, pois em sua grande maioria eles acarretam mais danos do que resultados positivos em si para os países que adentraram no conflito, ainda nesse sentido, a ideia de que democracia pode ser um fator de explicação para conflitos não é suficiente para compreensão das dinâmicas de guerra e paz no sistema internacional.

2.2 O conceito de Balança de Poder e suas dinâmicas na Política Internacional

O entendimento das dinâmicas ligadas a balança de poder está no centro dos estudos feitos pelo corrente neorrealista. Amin e Naseer (2011) destacam que proponentes dessa escola defendem que a política de balança de poder ainda está ativamente operante

na política internacional em vários graus, afinal, as capacidades de poder relativas continuam a mudar e isso induz os Estados, de certa forma, ao balanceamento.

Assim, tal conceito posiciona-se como central para o entendimento do neorealismo e de suas explicações para o conflito. Mesmo hoje, o Estado é um ator principal nas relações internacionais, as fronteiras ainda importam significativamente, a soberania é exercida por Estados internamente e internacionalmente, a guerra e os conflitos armados continuam existindo e, mais importante, o ‘interesse nacional’ ainda é supremo para os Estados-Nação modernos, e eles não vão comprometê-lo em qualquer hipótese. Através disso, nota-se que as dinâmicas de balança de poder ainda são relevantes para o campo de estudos da política internacional. (AMIN; NASSER, 2011)

Faz-se então necessário desenvolver o conceito de balança de poder através dos principais pensadores do mesmo. Tal conceito é tratado de diferentes formas entre os teóricos de Relações Internacionais, com maior ou menor relevância para este na política internacional. Amin e Naseer (2011) dão destaque para alguns destes teóricos:

Hume declarou balança de poder como um lei científica devido sua importância na política internacional; Snyder afirma que o conceito é um conceito base para as relações internacionais; Morgenthau designa balança de poder como um lei de ferro na política; e Kissinger trata o conceito como mais que um ciência, uma arte (AMIN; NASSER, idem, p. 02).

Os estudos da balança de poder tiveram impacto considerável para a teoria realista com a obra Política entre Nações, de Hans Morgenthau. As afirmações do autor sobre o funcionamento das dinâmicas de balanceamento, se fazem necessárias no intuito de observar a evolução dos estudos sobre a balança de poder entre os teóricos que a usam para explicar a relação dos Estados soberanos no sistema. Morgenthau (1985) entende que é fundamental a ideia de que a aspiração pelo poder por parte de diversas nações, cada uma tentando manter ou sobrepor o *status quo*, leva a necessidade de uma configuração que é chamada balança de poder e assim, a políticas que buscam a preservação disso.

Para Morgenthau (1985) existe um erro em acreditar que há uma escolha na política internacional, ou seja, que os Estados podem agir de acordo com a balança de poder ou que podem escolher um lado mais bondoso de ação nas relações internacionais. O autor defende que a “balança de poder é uma manifestação particular de um princípio social geral ao qual todas as sociedades compostas por um número de unidades autônomas devem a autonomia de suas partes componentes” (idem, p. 323). Dessa forma, a preservação da balança de poder se torna um fator essencial de estabilização em um

sociedade de Estados autônomos. O autor também nos faz entender que possíveis instabilidades na balança de poder não são resultado das falhas do princípio, mas sim das condições particulares sobre as quais o princípio deve operar no sistema.

Ademais, Morgenthau (1985) faz alusão ao conceito de equilíbrio para explicar a balança de poder, acreditando que há um alto grau de estabilidade em um sistema composto por um número de diferentes forças autônomas. Dessa forma, sempre que o equilíbrio for perturbado, tanto por uma força interna quanto por uma força externa, o sistema mostra que a tendência é para um restabelecimento do equilíbrio original ou para a formação de um novo.

Ainda destacando a centralidade do poder para o entendimento da balança de poder, Morgenthau (1985) aponta dois fatores que são a base da sociedade internacional: um é a multiplicidade e outro é o antagonismo de seus elementos, as nações individualmente. É através de tal configuração que as aspirações das nações por poder podem resultar no conflito entre elas, o autor afirma que isso pode acontecer das seguintes formas: por padrão de oposição direta ou por padrão de competição (MORGENTHAU, *idem*).

No padrão de oposição direta a balança de poder opera suas funções típicas de maneira completa. Nesse caso, a balança de poder resulta diretamente do desejo de cada nação em ver suas políticas prevalecendo sobre a de outros Estados. Essa é a visão de que um Estado A vai tentar aumentar seu poder em relação a um Estado B ao ponto que A possa controlar as decisões de B. Por sua vez, B buscará aumentar seu poder a um nível com o qual consiga resistir às pressões de A, impedindo suas pretensões iniciais. Ao passo que essa configuração de balança de poder continue a acontecer, ela cria uma estabilidade precária entre as duas nações, estando está sempre em perigo de ser quebrada.

Já o padrão de competição vai discutir como a configuração acima exposta vai garantir a sobrevivência de Estados mais fracos no sistema, isso pode acontecer porque as potências competindo vão tentar impedir umas as outras de tomar controle de outras nações mais fracas (o autor cita como grande exemplo as duas Coreias, uma apoiada pelos Estados Unidos e outra pela ex URSS), porque algumas dessas nações mais fracas vão estar sob proteção direta de uma potência, ou porque o Estado não possui atrativos suficientes para ser alvo de ações imperialistas.

Portanto, na visão de Morgenthau (1985) a balança de poder pode funcionar tanto através da diminuição do peso das nações mais fortes, ou através do aumento da força de outras mais fracas. Isso pode acontecer por meio de políticas de compensação, corridas

armamentistas e também com a formação de alianças. O autor também afirma que o principal meio pelo qual as nações vão buscar aumentar seu poder, para manter ou restabelecer a balança de poder, é através de armamentos, tanto pela produção própria ou pelo fornecimento de armas para outras nações. A política de formação de alianças pode ser vista então, segundo Morgenthau (1985), quando Estados adicionarem ao seu poder o poder de outras nações ou quando eles conseguirem reter o poder de outras nações adversárias.

Dessa forma, nota-se que para Hans Morgenthau o conceito de balança de poder é visto como o "resultado natural e inevitável da luta pelo poder "(MORGENTHAU, 1985, p. 186). Tal conceito encontra-se no centro da política internacional e das guerras modernas, "a maioria das guerras que foram travadas desde o início do sistema de Estado moderno têm a sua origem na balança de poder" (Idem, p. 210).

Waltz (1979) argumenta que as condições que são necessárias para uma abordagem equilibrada da teoria da balança de poder na política mundial são um sistema internacional anárquico e o desejo final dos Estados para sua sobrevivência. Dadas estas significativas condições, espera-se que a política de balança de poder deve ser disseminada e prevalente em um mundo povoado por Estados que adotam a autoajuda como forma de ação, que se preocupam, de forma relativamente alta, com ganhos relativos, e que tem como primeira preocupação não a maximização de seu poder, mas a manutenção de sua posição no sistema (WALTZ, idem, p. 126).

Waltz (1979) e Morgenthau (1985) diferem sobre a ocorrência da balança de poder entre os Estados, para Morgenthau, o balanceamento é destinado e deve ser procurado pelos estadistas que os produzem, ou seja, o autor não acredita que isso ocorra automaticamente, como algo inevitável. Já para Waltz, a balança de poder ocorre a partir das motivações assumidas pelos Estados e pelas ações que lhes são creditadas. Descreve, então, que no sistema de Estados atual chega-se sempre a um resultado esperado: a formação de balanças de poder.

O funcionamento da ideia de balança de poder em uma ótica contemporânea deve ser observado ao passo que os Estados ainda operam no sistema como atores autônomos, eles são independentes na sua tomada de decisão, formulação de políticas e implementação de leis. Eles possuem, segundo Amin e Naseer (2011), a legalidade do uso do força contra os elementos que eles acreditam colocar em perigo sua própria segurança e integridade. Dessa forma, os autores destacam que cada Estado tem seu

próprio interesse nacional e vai lutar ao máximo para maximizá-lo em um sistema anárquico global, para assim se proteger e promover seus objetivos finais.

Com uma estrutura anárquica posta, logo a necessidade da garantia do poder é evidente, Amin e Naseer (2011) afirmam que segurança e sobrevivência não podem ser dissociadas da maximização de poderes, algo também visto pela maioria dos autores neorrealistas, e por tal motivo a competição por poder se torna um estado natural quando o assunto é política internacional. “É por isso que os Estados continuam fortemente engajados a alcançar níveis satisfatórios de segurança contra ameaças internas e externas” (AMIN e NASEER, *idem*, p. 08).

Para Waltz (1979) esse estado de natureza é um estado no qual a guerra é sempre possível, isso pode não significar que a guerra aconteça a todo momento, mas sim, que a mesma ocorre com certa recorrência devido às incertezas que a estrutura anárquica cria, levando Estados a se engajarem em guerras a qualquer momento que perceberem que sua segurança está em risco. Logo, o conflito por menor ou maior que seja, é recorrente entre Estados e a balança de poder é necessária para tal entendimento. A “guerra é um resultado de comportamento egoísta, equívocos e impulsos agressivos, bem como ações e políticas insensatas. Outras causas de guerra são secundárias e devem ser entendidas no contexto das causas básicas da guerra” (WALTZ, 2001, p. 16).

Ademais, entender as dinâmicas do poder é fundamental para uma compreensão efetiva do funcionamento da balança de poder entre os Estados. Como o poder é desigualmente distribuído entre os Estados no sistema internacional, Amin e Naseer (2011) observam que uns Estados tornam-se poderosos e outros comparativamente fracos, não existem instrumentos específicos para medir esse poder, mas ele pode sempre ser mensurado em termos relativos. Dessa forma, Estados pequenos e fracos muitas vezes não vão conseguir garantir sua própria segurança. Os autores argumentam que assim tais Estados vão depender de outros para garantir sua sobrevivência. Logo, fechando alianças com Estados mais poderosos, estes mais fracos vão buscar a balança de poder contra um adversário poderoso ou contra um Estado ameaçador. Joshua (2005) resume que o termo balança de poder se refere a um conceito geral de que o poder de um ou mais Estados vai ser usado para balancear contra o poder de outro Estado ou grupo de Estados.

Ainda assim, o conceito de balança de poder é concebido de uma maneira a assegurar que o poder é distribuído de uma forma que nenhum Estado sozinho ou entidade é capaz de dominar todos os Estados restantes do sistema. Amin e Naseer (2011) analisam que as principais potências do sistema mantêm uma estratégia de balanceamento como

uma de suas prioridades no ramo da segurança, pois, um balanceamento bem sucedido assegura a paz e é essa a condição principal para preservação do sistema de Estados.

Desta forma, deve se analisar qual o tipo de balanceamento que os Estados adotaram e como ele se dará em cada um deles, uma vez que são múltiplas as motivações para tal comportamento, bem como para que tipo de ator essa ação será direcionada. Duas principais formas de balanceamento são observadas na política internacional: o balanceamento interno e o balanceamento externo.

A forma mais segura de balanceamento, como destacam Amin e Naseer (2011), é balanceamento interno. Isso pois os autores argumentam que não existem amigos permanentes na política internacional, ou seja, não é possível confiar que um Estado continuará amigável no longo prazo, e é por tal motivo que os países vão buscar o balanceamento interno como primeira opção. “Tal estratégia individual consiste basicamente em aumentar principalmente sua força militar para obter capacidades de compensação e então tentar balancear contra um poder em ascensão que pode impor sérias ameaças a sua segurança no futuro.” (AMIN; NASEER, *idem*, p. 6).

Quando o balanceamento interno não é suficiente, os Estados tem como segunda opção o balanceamento externo. Amin e Naseer (2011) observam que nesse caso, para se posicionar frente a um forte rival, os Estados vão se apoiar em recursos externos. Este tipo de apoio pode ser visto no provimento de armas entre Estados amigos, e também na criação de alianças para combater uma ameaça comum, fortalecendo assim suas defesas.

É importante destacar que estratégias de balanceamento não são adotadas somente por Estados mais vulneráveis, as principais potências do sistema também não se sentem totalmente seguras e podem recorrer a tal tática pra melhorar sua condição securitária. Amin e Nasser (2011) afirmam que potências não se sentem seguras frente outras potências, acreditando que estes podem ameaçar sua sobrevivência, assim, “a base da teoria da balança de poder é que grandes potências vão desenvolver capacidades militares suficientes para compelir a mais poderosa dentre elas.” (AMIN; NASEER, *idem*, p. 10).

Outro autor que trabalha balança de poder como um conceito chave para as relações entre Estados na política internacional é John Mearsheimer. O autor observa que Estados geralmente optam por uma postura revisionista, concentrando-se em seus possíveis ganhos relativos, estes quase nunca estão satisfeitos com as suas capacidades de poder do momento, sendo assim eles sempre atuaram com o objetivo de maximizar o seu poder (MEARSHEIMER, 2001, p. 32).

Mearsheimer (2001) afirma que sua teoria sobre política internacional também é estrutural, sendo esta uma chamada de realismo ofensivo. Assim como outras correntes do neorealismo, o autor observa que grandes potências estão preocupadas prioritariamente em descobrir como sobreviver em um mundo que não apresenta um agente externo como provedor de segurança, a conclusão dos Estados vai ser na direção de que o poder é a chave para sua sobrevivência.

Para Mearsheimer (2001), dificilmente encontraremos potências preocupadas em manter o *status quo* do sistema, isso porque o sistema internacional, vai criar poderosos incentivos para que os Estados busquem ganhar poder frente a seus rivais, e então tomar vantagem dessa situação se os ganhos forem maiores que as perdas, dessa forma, o mais comum é encontrarmos potências revisionistas no sistema, ou seja, Estados que usam seu poder para promover alterações na balança de poder.

Mearsheimer (2001) aponta que os Estados possuem vários fatores que possibilitam a alteração da balança de poder a seu favor, sendo eles militares, diplomáticos e econômicos. Ademais, o autor afirma que eles vão tomar tal atitude mesmo que isso os deixe percebidos como Estados suspeitos ou até mesmo hostis.

Porque o ganho de poder de um Estado é a perda de poder do outro, grandes potências tendem a possuir uma mentalidade de soma-zero quando lidam umas com as outras. A artimanha, então, é vencer essa competição e dominar os outros Estados do sistema. Assim, a alegação de que Estados maximizam seu poder relativo equivale a dizer que estes estão dispostos a pensar ofensivamente em relação a outros Estados, mesmo que seu objetivo final seja sobreviver. Em resumo, as grandes potências tem intenções agressivas. (MEARSHEIMER, 2001, p. 18).

Mearsheimer (2013) aponta cinco motivos que justificam a busca constante de poder dos Estados, afetando assim diretamente a política da balança de poder no mundo. Para o autor os Estados são os atores principais na política internacional, operando em um sistema anárquico. Também é notável que estes Estados possuem, em maior ou menor grau, capacidades militares ofensivas, sendo possível assim causar danos a outros quando necessário. Por seguinte, destaca-se que os Estados nunca podem estar completamente certos sobre as intenções dos demais, estas não podem ser empiricamente testadas e são especialmente difíceis de se decifrar. Um quarto motivo é que os Estados são principalmente preocupados com sua sobrevivência, buscando manter sua integridade territorial e sua autonomia no controle de políticas domésticas. Por fim, Mearsheimer aponta que Estados são atores racionais, isso significa dizer que eles são capazes de criar estratégias sólidas que maximizem suas perspectivas de segurança (MEARSHEIMER, 2013).

Figueiredo (2010) ao tratar da teoria de realismo ofensivo de Mearsheimer, aponta outras características fundamentais para o entendimento do mesmo sobre política internacional.

A análise do teórico apresenta o conceito da autoajuda, uma vez que os Estados, priorizando sua sobrevivência, buscam fazer alianças temporárias. Entende-se que estas alianças são feitas baseadas em interesses comuns momentâneos e não haverá obrigação de continuidade desta relação em um futuro próximo, já que cada Estado optará pelo seu interesse próprio. Simulando a insegurança dos Estados, esta teoria entende que os Estados compreendem que a melhor maneira de assegurar sua sobrevivência é se tornando a potência mais poderosa do cenário internacional e que para obter essa maximização de poder, deve-se utilizar de diversos campos como o econômico, militar e até mesmo diplomático. (FIGUEIREDO, 2010, p. 18).

Uma importante consideração feita pelos teóricos da balança de poder é que os Estados vão tentar prevenir o surgimento de *hegemon*. O que pode ser visto hoje por muitos autores é a presença dos Estados Unidos da América como tal *hegemon*, sendo assim, a estrutura da sistema é atualmente unipolar. Estes mesmo autores tendem a criticar a ideia da balança de poder por não verem ações de Estados voltadas a conter a supremacia norte americana. Wohlforth (2008) ao descrever o sistema unipolar, destaca uma mudança radical na formação de alianças deste a queda da União Soviética, primeiro com a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e segundo com o aumento significativo de despesas de Washington para se equipar militarmente com armas de tecnologia avançada, visando aumentar seu poder militar. Para o autor, uma consequência disso é que nenhuma outra grande potência vem tentando conter a hegemonia americana, nem através de alianças e nem através de coalizões contra hegemônicas, “nenhum dos principais Estados tem iniciado alguma tentativa para balancear o aumento de gastos militares americanos através de fortes investimentos internos” (WOHLFORTH, idem, p. 22-23).

O cenário acima exposto não representa para Amin e Naseer (2011) uma prova de que os Estados abandonaram as dinâmicas de balanceamento, para eles esse é um argumento vago devido ao curto tempo em que os Estados Unidos assumiram a posição de unipolaridade e também porque não há como afirmar que nenhuma potência ousará desafiar o status americano no futuro. Mais do que isso, já existem sinais para os autores de um declínio de popularidade norte americana acompanhada por um crescimento de outros potências no sistema, como China, União Europeia e Rússia; os efeitos da unipolaridade e sua aceitação como constante estrutural do sistema serão melhor trabalhados adiante.

2.3 A Balança de Ameaças e a visão do Estado revolucionário

Walt (1985) observa que o balanceamento vai ser muito mais comum que o *bandwagon* - processo de alinhamento de um Estado a outro que representa a principal ameaça; e por isso devemos prestar mais atenção nesse tipo de ação. No balanceamento os Estados vão estar mais seguros pois enfrentaram oposição combinada de outros Estados. Assim, Estados que buscam a preservação do *status quo* devem evitar provocações contra coalizões de contrapeso, abstendo-se de políticas externa e de defesa ameaçadoras.

Alianças são comumente vistas como uma resposta a ameaças, Walt (1985) aponta que ainda assim existe uma divisão de pensamento sobre qual resposta deve ser adotada. Quando entram em uma aliança, Estados podem escolher balancear (se aliar frente à fonte principal de perigo) ou *bandwagon*. A proposição de que Estados vão se juntar a alianças em ordem de evitar a sua dominação por potências mais poderosas encontra-se no centro da teoria de balança de poder. Sendo assim, os Estados o farão para proteger a si mesmos frente a Estados ou coalizões que, com mais recursos, possam representar uma ameaça.

Segundo Walt (1985) são duas as razões principais para Estados entrarem em alianças: “primeiro, Estados põe em risco sua própria sobrevivência se eles não conseguem frear um potencial *hegemon* antes dele se tornar forte demais”. Assim o autor fala que a estratégia mais segura é se unir com aqueles que não conseguem dominar seus aliados para evitar ser dominado por aqueles que conseguem; segundo, juntando-se ao lado mais vulnerável isso aumenta a influência do novo membro, porque o lado mais fraco tem grande necessidade de assistência. Já unindo-se ao lado mais forte isso acarreta a diminuição da influência do Estado mais fraco, porque ele adiciona relativamente menos à aliança.

Waltz (1979) afirma que Estados secundários, se estão livres para escolher, movem-se para o lado mais fraco; porque é o lado mais forte que os ameaça. No lado mais fraco estes Estados serão mais apreciados e estarão mais seguros, previsto “que a coalizão que eles vão se unir alcance poder defensivo e desencorajante suficiente para dissuadir o adversário a atacá-los” (WALTZ, idem, p. 127).

Walt (1985) ao analisar as diferentes fontes de ameaças para um Estado, afirma que não devemos observar o poder como termo absoluto das mesmas, para o autor os Estados devem se posicionar frente ao que ele chama de poder ameaçante. Para melhor entender esse conceito, Walt aponta quatro principais fontes de ameaças e seus

respectivos impactos: poder agregado, proximidade, capacidade ofensiva e intenções ofensivas.

O poder agregado é relacionado à quantidade total de recursos que um Estado possui, envolvendo população e capacidades industrial, militar e tecnológica, entre outros. Assim, quanto maior a totalidade destes, maior é a ameaça que um Estado representa para outros, afinal, nações com grande poder tem capacidade tanto de punir quanto de recompensar outras nações, e por si só, então, a capacidade total de recursos de um Estado já motivo para outros buscarem o balanceamento.

Também, Walt (1985) aponta que a presença de um poder próximo é um fator influente na decisão de balancear de Estados. Isso porque a habilidade de projetar poder se ampara muito na proximidade geográfica, distância entre os Estados, e assim um poder próximo vai representar uma ameaça muito maior do que um outro mais distante.

O poder ofensivo é posto por Walt (1985) como terceiro elemento decisivo na decisão de balancear. Estados com grandes capacidades ofensivas são mais propensos a causar uma reação em forma de aliança do que aqueles militarmente fracos ou que só possuem capacidades defensivas.

Por fim, as intenções ofensivas são destacadas por Walt (1985) na medida que Estados que aparentam ser mais agressivos acabam por causar o balanceamento contra eles mesmos. O autor cita a Alemanha nazista como um exemplo, que vista como potencialmente agressiva, resultou na formação de um grande coalizão contra ela, pois a mesma combinava poder substancial com ambições extremamente ofensivas. Outra importante colocação do autor é que mesmo Estados vistos como mais fracos vão causar balanças de poder se vistos como especialmente agressivos.

Em um mundo no qual a tendência é o balanceamento, Walt (1985) afirma que políticas que demonstrem limitações e benevolência são as melhores para serem levadas a cabo. Estados fortes podem ser vistos como valiosos aliados nessa configuração política, pois eles tem muito a oferecer, mas estes também devem tomar o máximo cuidado para não parecerem agressivos. Sendo assim, políticas externa e de defesa que minimizem as ameaças que um impõe sobre o outro são as que fazem mais sentido nesse mundo.

Ainda assim, mesmo que Estados fracos optem por *bandwagon* em certas ocasiões, essas decisões terão impacto muito pequeno nas relações de balança de poder globais. Para os Estados que importam, como afirma Walt (1985, p.18), balanceamento é a regra: “eles vão juntar forças contra uma ameaça colocada por poder, proximidade, capacidades ofensivas e outras intenções”.

Walt (1985) traz outro argumento fundamental para formação de alianças: o fator ideológico. O autor traz assim a ideia de que quanto mais similares dois Estados são, maior é a tendência dos mesmos formarem uma aliança. Tal tendência é observada pois o alinhamento entre Estados similares pode ser visto como uma forma de defender seus próprios princípios políticos, afinal de contas, se um chefe de Estado acredita que seu sistema político é a melhor opção, então proteger Estados com o mesmo sistema deve ser considerado uma ação boa a ser tomada. Estados com traços similares também não temerão um ao outro, porque eles não acharão mais difícil que um Estado considerado bom irá atacá-los. Por fim, a própria ideologia deve ser suficiente para formação de alianças, como o capitalismo e marxismo-leninismo (*idem*).

Porque o conflito é sempre uma possibilidade na visão neorrealista, Estados vão competir, e se necessário usarão a força, tanto para aumentar seu próprio poder, quanto para enfraquecer o poder de um potencial rival. Guerras ocorrem, então, pois os Estados serão tentados a explorar balanças de poder falhas, ou janelas de oportunidade, para melhorar sua posição futura. Ademais, guerras e conflitos também podem surgir de erros de cálculos, quando Estados acreditam que a balança de poder é favorável a eles mas na verdade não é (WALT, 1985).

Apesar das forças explicativas da balança de poder, Walt (1985) afirma que essa teoria tem duas importantes limitações. Por si mesmo, uma mudança na balança de poder pode tornar a guerra mais ou menos propensa. Se uma revolução aumenta o poder relativo de um Estado, por exemplo, o Estado pode se tornar mais agressivo e então a guerra pode acontecer com maior facilidade. Mas a grande potência pode também fazer um outro Estado mais seguro e mais capaz de deter possíveis agressões, o que vai tornar a chance da guerra menor. O que o autor quer dizer é que Estados não vão pra guerra simplesmente porque a balança de poder se alterou, ou seja, mudanças na balanças de poder não vão levar os Estados obrigatoriamente ao conflito, os países devem acreditar que se engajar em conflitos vai torná-los mais seguros no longo prazo.

Ademais, Walt (1992) observa que apesar da teoria de balança de poder nos prover importantes ensinamentos sobre os problemas relacionados aos erros de cálculo, ainda é necessário explicar porque em casos de revoluções esse problema se torna especialmente agudo. O que o autor busca pontuar é que nos casos de revolução a tendência é que ambos os lados concluam que o conflito é a melhor opção para aumentar suas posições relativas, e que nesses casos, os erros de cálculo desempenham papel crucial no desenvolver do conflito.

Walt (1992) usa as considerações acima expostas para explicar porque revoluções causam guerras dentro da perspectiva de balanço de poder; primeiro, revoluções podem alterar a balanço de poder e isso cria a oportunidade para Estados aumentarem seu poder ainda mais. Se uma revolução resultar em um aumento de poder, esse novo regime terá uma tendência maior de atacar outro Estado para obter vantagens. Alternativamente, se a revolução diminuir o poder antes posto, é mais provável que outros Estados ataquem o Estado em questão. Segundo, revoluções aumentam os perigos relacionados aos erros de cálculo, porque se torna mais difícil prever o resultado de uma guerra depois que um Estado sofre uma agitação política grandiosa.

Para Walt (1992), a teoria da balanço de poder assume incorretamente que Estados vão responder somente a mudanças na distribuição do poder agregado. O autor acredita que, na verdade, o mais correto é afirmar que os Estados vão responder a ameaças, uma vez que o poder é importante mas não é a única variável que deve ser analisada.

Ao expor os problemas vistos por ele na teoria da balanço de poder, Walt (1985) afirma que estes podem ser resolvidos se uma nova abordagem for utilizada, a da teoria de balanço de ameaças. Nessa nova abordagem o autor foca em dois fatores principais pelos quais os Estados vão responder através de balanceamento: o poder ofensivo de um Estado e as suas intenções.

Primeiramente, quanto maior o poder ofensivo de um Estado, maior a ameaça que ele representa para outros Estados. O argumento de Walt (1985) é que alguns tipos de poder são mais ameaçadores que outros, e que Estados vão estar menos seguros frente àqueles que conseguem adquirir as capacidades formadoras, como armas e tecnologias, de forma mais rápida, ou que já as possuem em grande abundância. Para o autor o poder ofensivo é geralmente definido em termos de capacidades militares, mas também deve ser acrescido ao nível de análise os fatores políticos do Estado, “particularmente porque a habilidade de enfraquecer um governo estrangeiro, através de propaganda ou subversão, pode ser uma forma igualmente potente de poder ofensivo” (WALT, 1985, p. 332).

O nível de ameaça também pode ser medido através das intenções do Estados, dessa forma, quando outras nações acreditam que uma delas está agindo de uma maneira incomumente agressiva, se sentirem a possibilidade de tornarem-se vítimas desse Estado, elas vão estar mais dispostas a usar força como meio de reduzir o poder do país ameaçante, para moderar seus objetivos agressivos ou para eliminá-los completamente. Por outro lado, Walt afirma que quando o contrário acontecer, Estados percebendo as

intenções do outro como benignas, eles dificilmente entrarão em conflito, mesmo com a balança de poder estando favorável (WALT, 1992).

Focando nas ameaças ao invés do poder por si só, a teoria da balança de ameaças nos dá uma explicação mais completa de porquê revoluções aumentam a probabilidade de guerra. Além de alterar a balança global de poder e tornar mais difícil para os Estados medir a mesma com precisão, revoluções também reduzem a capacidade de cada lado de avaliar as intenções do outro com confiança. Na verdade, as revoluções incentivam ambos os lados a acreditar que as intenções do outro são ainda mais hostis do que elas são, e o uso da força ou eliminação da ameaça torna-se uma opção mais atraente como resultado (WALT, 1985, p. 333).

Walt (1992) afirma que existe a necessidade de se estudar as revoluções e seus efeitos na política internacional por dois motivos principais: primeiro porque elas invariavelmente causam desacordo sobre como outros poderes devem reagir frente tal situação, e segundo pela necessidade de uma perspectiva acadêmica. Afinal, estudando os efeitos que uma mudança revolucionária causa no sistema internacional, torna-se possível comparar os méritos das explicações do comportamento estatal tanto sistematicamente quanto ao nível das unidades.

O papel das revoluções é fundamental, Walt (1992) afirma que estas causam a guerra porque aumentam o nível de ameaça entre o Estado revolucionário e seus rivais, encorajando ambos os lados a usar a força pra neutralizar a nova ameaça. Dessa forma, uma revolução é capaz de alterar a balança de poder vigente, e ao fazer isso, torna mais difícil para Estados medirem de forma precisa a balança pois aumentam o perigo de erros de cálculo.

Revoluções também encorajam ambos os lados a exagerar a hostilidade representada pelo outro, assim, aumentam a percepção de ameaça de cada lado [...] Como resultado, a guerra é mais provável de ser vista como necessária para reduzir a ameaça e também relativamente vista como mais fácil de se vencer (WALT, 1992, p. 323).

As revoluções também produzem outra forma de poder agressivo, segundo Walt (1992), o medo de uma possível subversão ideológica representa uma ameaça real para os Estados quando postos frente a um Estado revolucionário. “Se uma revolução possui ideias políticas novas, ela vai ameaçar os líderes de países que possuem políticas diferentes” (*idem*, p. 333).

Quando vistas dentro da teoria de balança de ameaças de Walt (1992), as revoluções vão tornar a guerra mais provável porque aumentam as percepções de ameaças em ambos os lados e encorajam os mesmos de que a ameaça vai ser facilmente vencida. Para entender melhor porque tal ideia é percebida deve-se analisar melhor o processo de revolução e as características de um Estado revolucionário.

Uma importante consideração feita por Walt (1992) é de que revoluções causam guerra pois tentam exportar suas ideologias e princípios para outros países. O autor aponta que Estado revolucionário geralmente é visto como possuidor de crenças agressivas, o que torna a guerra mais provável.

Outra importante característica apresentada pelo realismo estrutural diz respeito à tendência de Estados balancearem dentro do sistema, ou seja, “quando confrontado por uma ameaça externa significativa, os Estados podem escolher balancear, o que seria uma forma de aliança com outros contra uma ameaça predominante.” (WALT, 1985). Assim, quando ocorre balanceamento os Estados estão, teoricamente, mais seguros, porque os agressores vão enfrentar oposição combinada contra qualquer que seja seu objetivo.

Ademais, em um sistema que apresenta Estados mais fortes que outros, Walt (1985) nota que os primeiros podem ser avaliados como aliados, porque eles têm muito a oferecer aos seus parceiros, mas eles devem ter um cuidado especial para evitar parecerem agressivos, assim, políticas externa e de defesa que minimizam a ameaça que um põe para os outros, fazem mais sentido em tal mundo.

Se o balanceamento é a tendência dominante, então “Estados ameaçadores vão provocar os outros para balancear contra eles. Porque aqueles que buscam dominar outros vão atrair oposição generalizada” (WALT, 1987). Já por outro lado, se os Estados vão balancear contra ameaças, e não contra poder, quando eles estiverem confiantes de que outros também se identificam com a mesma ameaça posta, eles não vão enxergar no outro um perigo militar.

3. O ESTADO ISLÂMICO: consolidação de uma ameaça

Através do que foi exposto no capítulo anterior, com o entendimento da teoria neorrealista e de seus princípios básicos, principalmente do funcionamento, de diferentes formas, da balança de poder dentro dessa teoria. Este capítulo busca avaliar como tais ensinamentos teóricos podem ser utilizados para compreender o fenômeno decorrente do surgimento do Estado Islâmico.

Da mesma forma, o que foi abordado a respeito da teoria de balança de ameaças, como essa se diferencia da teoria de balança de poder, quais são seus pontos centrais para o estudo do balanceamento, deve prover uma visão alternativa para o EI dentro do amplo campo teórico neorrealista. Ademais, entender se o grupo pode ser enquadrado como um Estado ou como um Estado revolucionário se faz fundamental para uma conclusão acertada sobre a ação internacional que se faz presente hoje contra o EI.

3.1 Origens e Consolidação do Estado Islâmico

A emergência do EI, nesta década, é vista por Blanchard e Humud (2016) como uma das principais ameaças à segurança mundial. Sua origem é diretamente ligada aos conflitos de mais de dez anos no Iraque, e mais de cinco anos na Síria. Os membros principais do grupo tendem a permanecer nesses dois países, e seus esforços tem sido reforçados por uma rede de combatentes estrangeiros e grupos afiliados em diversos países do Oriente Médio, Ásia e África.

Tuck (2014) liga o surgimento do EI às ofensivas de países ocidentais no Oriente Médio no pós 11 de setembro e, diretamente, à al-Qaeda. O que é observável, para o autor, é que a al-Qaeda de 2001, que era unida e lutava contra um inimigo comum, se enfraqueceu e se dividiu em diversos grupos. Tuck afirma que esses vários grupos estão divididos entre o Oriente Médio e África, que seu comprometimento com al-Qaeda central (AQC) e suas capacidades de atuação variam em alto grau.

Dessa forma, Tuck (2014) relata que o EI tem sua origem ligada à al-Qaeda do Iraque (AQI), mais precisamente durante a invasão dos EUA no país, em 2003. Com o passar da invasão, os líderes da AQI adotaram uma nova tática de recrutamento de combatentes estrangeiros, criando uma espécie de sub grupo anônimo, nomeado Estado Islâmico do Iraque (ISI), que seria responsável por essa tarefa e também por refletir um dos objetivos originais da organização: o estabelecimento de um Califado islâmico

transnacional governado pela lei da sharia, ou seja, um Estado Islâmico transnacional que iria prevalecer sobre as fronteiras forjadas por europeus no âmbito do acordo Sykes-Picot, de 1916, da Primeira Guerra Mundial.

Já em 2011, o EI ainda integrante da AQI, expande suas operações para a Síria, aproveitando os efeitos advindos da Primavera Árabe, que criou instabilidades políticas em diversos países do Oriente Médio e da África. A presença do grupo em território sírio é oficializada por Baghdadi em 2013, quando o mesmo declara a necessidade de fusão da Jabhat al-Nursa (organização ligada à al-Qaeda na Síria) com o ISI, objetivando a formação do Estado Islâmico do Iraque e Síria/Levante (ISIS). A resposta dos líderes da al-Qaeda foi imediata, refutando a proposta de Baghdadi e desvinculando totalmente as duas organizações, desde então o EI passa atuar separadamente da al-Qaeda (TUCK, 2014).

Sobre a divisão dos grupos acima citados, Calfat (2015) observa que:

o grupo, inicialmente uma franquia da Al-Qaeda no país, rompeu com a organização de Bin Laden, tornando-se seu rival. A divisão reflete diferenças estratégicas e ideológicas, especialmente no que tange à crítica da Al-Qaeda ao seu opositor em virtude da concentração de seus ataques a alvos civis xiitas ao invés de forças norte-americanas, seus aliados ocidentais e regimes considerados apóstatas na região, fomentando uma guerra sectária. (CALFAT, 2015).

Blanchard e Humud (2016) afirmam que em junho de 2014 os líderes do Estado Islâmico (EI) declararam o restabelecimento do Califado, adotando referências ao Iraque e ao Levante em seu nome, demandando o suporte de crentes muçulmanos e nomeando Abu Bakr al Baghdadi como seu líder (califa) e *imam* (líder do mundo muçulmano). É importante destacar a tentativa de legitimação de Baghdadi feita por lideranças do grupo, o mesmo é visto como descendente da tribo Quraysh - a mesma tribo do Profeta Maomé - e como amplamente religioso, bem treinado, e assim mais do que qualificado para liderar o grupo.

Calfat (2015) nota que as verdadeiras motivações que justificam a ascensão do Estado Islâmico como tal, as razões por trás do estabelecimento do Califado, bem como sua rápida emergência, ideologia e práticas, ainda são questões que não foram totalmente esclarecidas, muitas delas ainda permanecendo, de certa forma, encobertas.

A invasão do Iraque pelos EUA e o consequente desmantelamento do Estado iraquiano são o ponto de partida para compreender as razões da origem do grupo. Um dos motivos de sua ascensão no Iraque deve-se ao fato do crescente alijamento da população de sunitas, dominado pelo governo do primeiro ministro xiita Nuri al-Maliki. Cerca de 20% dos iraquianos, em torno de 6 milhões nas províncias sunitas, foram excluídos do regime. Eles são constantemente perseguidos, não conseguem trabalho,

trata-se de uma verdadeira punição coletiva, de jovens desempregados nas aldeias que não têm alternativa a não ser aderir ao ISIS. Na verdade, a unidade entre a resistência sunita e xiita sempre foi motivo de preocupação para os americanos, que fomentaram, desde o início da ocupação do Iraque, em 2003, as divisões sectárias (NASSER, 2014, p. 1-2).

Tucker (2014) aponta quatro razões cruciais para o desligamento da AQC e do EI: uma mudança na distribuição de recursos, uma vez que o EI passa a crescer financeiramente de forma superior a AQC, principalmente através de doadores do Golfo. O relativo sucesso do EI na busca do estabelecimento do Califado, o que faz com que milhares de jihadistas passassem a ver a AQC como uma organização fraca e, então, oferecendo seu apoio ao EI; a relação do EI com novos combatentes estrangeiros é muito mais articulada e atrativa, enquanto que a al-Qaeda ainda possui seus alicerces da época da invasão soviética no Afeganistão; o EI é moderno e sua construção é recente; e por fim, a AQC discorda do uso indiscriminado da força contra civis adotada por Baghdadi, afirmando que isso mancha sua imagem e seus objetivos.

O EI deseja restaurar o Califado, o mesmo será governado pela lei da sharia e comandado por um Califa. (TUCK, 2014). Com esse desejo em mente, o estabelecimento do Califado, em junho de 2014, concretizou em partes o desejo de Baghdadi (sobre quem o mundo sabe muito pouco), sendo que este se autodeclarou o líder soberano do EI, mais especificamente o Califa Ibrahim II - ostensivamente mostrando sua linhagem com o Califa Ibrahim I, que governou o Império Otomano de 1640 à 1648.

Simultaneamente, Baghdadi e os demais líderes desenvolveram um estilo de vida, nos territórios conquistados pelo EI, semelhante a qualquer Estado do Sistema Internacional. Tuck (2014) observa que o EI construiu e mantém supermercados, linhas de energia, estradas, escolas religiosas e outras instituições para atendimento das pessoas que vivem sob seu comando. O grupo também desenvolveu uma espécie de força policial e um setor de serviços públicos, dessa forma consegue ajudar na administração de fábricas de alimentos e na distribuição de frutas e vegetais aos seus residentes.

Outra fator fundamental para entender o sucesso do EI na tomada de territórios é a incompetência militar do Estado iraquiano. Desde a chega do Primeiro Ministro Nouri al-Maliki ao poder, as forças iraquianas fracassaram diversas vezes no combate contra os militantes do EI, perdendo regiões inteiras e importantes cidades do país. Isso pode ser creditado à corrupção que é generalizada no país, e também a uma falta de moral que assola as forças de segurança do Iraque (TUCK, 2014). No mesmo sentido, Blanchard e Humud (2016) afirmam que o Iraque está imerso em uma crise política e fiscal, com

líderes políticos competindo com facções para obter vantagens em meio as demandas populares para melhorar a segurança, a prestação de serviços e o fim da corrupção.

Da mesma forma que o Estado iraquiano facilitou a consolidação do EI, o mesmo fez a Síria. Blanchard e Humud (2016) notam que a interdependência da crise na Síria, com advento de uma guerra civil entre governo e opositores, gerou uma falta de segurança e governança em diversas regiões da Síria, provendo assim, uma oportunidade única para o crescimento do EI e para seus esforços na formação de um Califado. Os autores também observam que as negociações para o fim do conflito na Síria não cessaram, mas um frágil acordo para o fim das hostilidades entre as partes foi rompido por ambos os lados, frustrando os esforços da ONU e de outros países para chegar a uma solução negociada tanto com governo como com os rebeldes.

De acordo com os próprios discursos e documentos de seus líderes, o EI busca eliminar infiéis, impor a lei da sharia pelo mundo, e acelerar a volta do Profeta. Desde o estabelecimento do Califado nota-se que os seus soldados vem perseguindo tais objetivos com crueldade estonteante (WALT, 2015).

Walt (2015) observa que diferente da al-Qaeda, que mostrava pouco interesse em controle de território, o Estado Islâmico tem também buscado construir o embrião de um verdadeiro Estado nos territórios que controla. Para isso, tem estabelecido linhas claras de autoridade, taxaço da população, sistema educacional e uma sofisticada operação destinada a propaganda. Assim, Walt analisa que o grupo pode se autodenominar um Califado e rejeitar a atual base estatal do Sistema Internacional (algo que será melhor analisado), mas, visão do autor, que os governantes do Estado Islâmico controlam hoje em dia, nada mais é do que um Estado territorial.

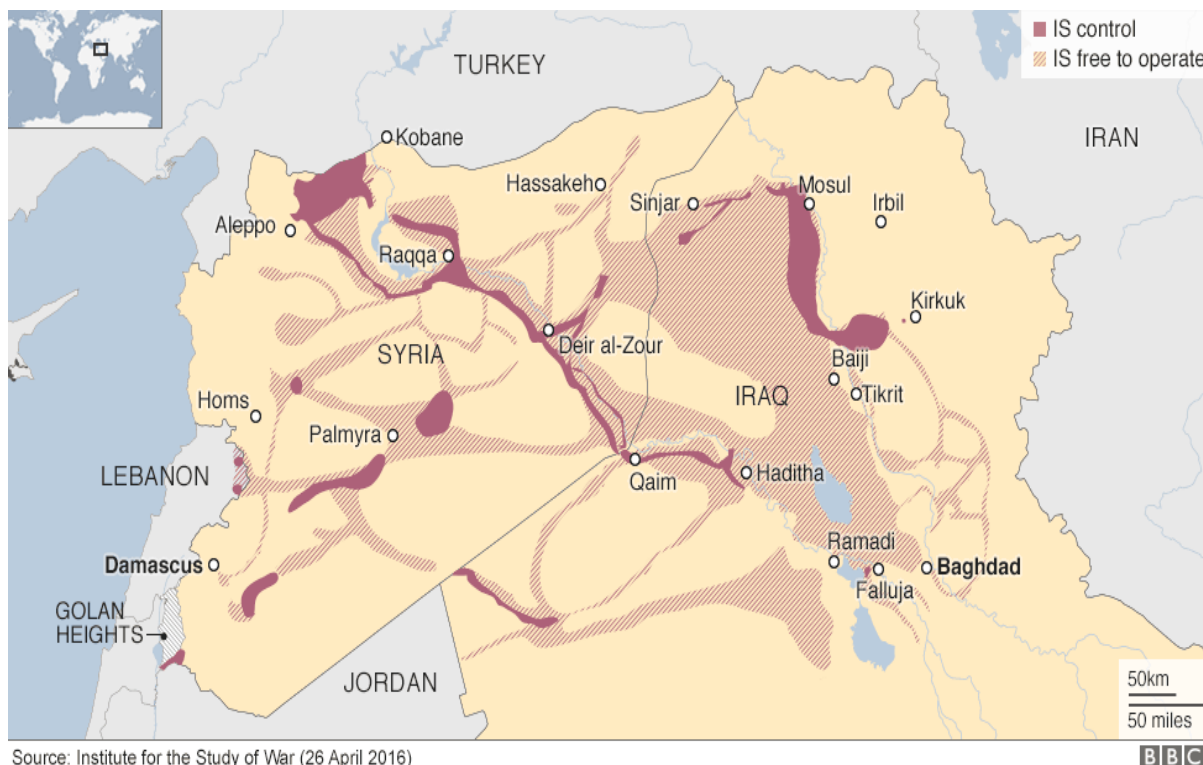
3.2 Análise das capacidades gerais do Estado Islâmico

Para compreender o tamanho do problema oriundo do EI deve-se levar em conta todos os fatores formadores do grupo e como o mesmo os utiliza, suas conquistas territoriais, seu aparato econômico e de governo, as capacidades militares e o uso de internet e mídias e da ideologia e do objetivo por trás desse recente fenômeno securitário internacional.

Walt (2015) concorda que temos que ver e analisar o EI como um Estado. Para o autor, o grupo é o primeiro movimento extremista que combina tendências violentas,

ambições grandiosas, e controle territorial. A área controlada pelo grupo, até abril de 2016, é visível no mapa abaixo:

Mapa 01: Áreas Dominadas pelo EI.



Fonte: BBC, 2016.

Saltman e Winter (2014) destacam o controle territorial que o EI conquistou, apontando para o fato que dentro da área controlada pelo grupo encontra-se Mossul, segunda maior cidade do Iraque, com cerca de 2 milhões de habitantes, além de outras importantes cidades iraquianas e sírias. O grupo também possui importantes áreas econômicas e energéticas nas regiões que domina, se aproximou das capitais Bagdá e Damasco, e tem atuado fortemente nas fronteiras da Turquia, Jordânia e Líbano. Os autores destacam que através da distribuição cuidadosa de recursos na Síria e no Iraque, bem como do uso de manobras ideológicas de forma sofisticada, o EI conseguiu impulsionar seu crescimento de forma sustentável e gradual. Como tal, uma proporção significativa da população civil que vive sob o governo de al-Baghdadi, desde que sejam sunitas e seguidores do programa político-ideológico proposto pelo EI, acostumou-se ao grupo.

Por sua vez, o Estado Islâmico é definido por Ganor como

um ator sub-estatal que opera simultaneamente nas esferas militar, civil e política. Através de seus atos terroristas e crimes, o EI desafia severamente as normas internacionais, desafia a moralidade, e quebra o direito

humanitário internacional. Fazendo isso, o EI se posiciona como um inimigo do mundo esclarecido (GANOR, 2015, p. 58, tradução nossa)¹

Uma vez verificada a dimensão do controle territorial nas mãos do EI, deve-se analisar o fato de que o grupo formou uma estrutura de governo muito semelhante aos Estados tradicionais do Sistema Internacional. Saltman e Winter (2014) destacam a estrutura hierárquica de poder estabelecida pelos líderes do EI, a mesma é composta, em ordem decrescente de importância, por um comandante supremo (califa), representado por Baghdadi; e por dois delegados supremos, um para a área iraquiana e outro para a área da Síria, estes contando com 12 governadores para cada área. Além disso, o grupo conta com Conselhos de Lideranças, Conselho da Shura, Conselho Militar, Conselho Legal, Conselho de Segurança, Conselho de Inteligência, Conselho de Finanças, Conselho de Mídias e Conselho de Assistência aos Combatentes. Os autores apontam ainda que cada um desses esboços de departamentos, ou órgãos de governo, tem poder de implementar políticas, e devem sempre reportar-se para outros de maior hierarquia.

3.2.1 Complexidade Econômica

Jonsson (2015) afirma que o financiamento do EI tem sido fundamental para a sua expansão territorial, o autor que são diversas as fontes de receita do grupo, sendo estas localizadas principalmente nos territórios controlados pelo EI. A questão envolvendo o financiamento do grupo é crucial, afinal, o EI diverge de outros grupos semelhantes pela extensão das fontes de financiamento que alcançou. Criando um forte suporte econômico interno, o grupo se organiza de forma hierárquica e desenvolveu uma divisão burocrática específica para monitorar e trabalhar com a captação de ativos econômicos, os gerando e os distribuindo. O que é destacado pelo autor é a capacidade do EI de criar tais ativos, controlá-los de forma calma e já poder distribuí-los para regiões de maior instabilidade.

São várias as fontes iniciais de receita que o grupo explora, elas incluem assaltos a bancos, saque de bens públicos e privados e a tributação forçada de civis. Entretanto, estas podem ser consideradas fontes de receita de outrora, ou seja, propensas a serem esgotadas com o passar do tempo (JONSSON, 2015).

Para Jonsson (2015) as principais fontes de financiamento do grupo, em uma ordem aproximada de importância, são a tributação cobrada nas regiões controladas pela

¹ No original: a sub-state actor, which operates simultaneously in the military, civilian and political spheres. Through its terrorist acts and crimes, IS severely challenges international norms, and break international humanitarian laws. In so doing, IS has positioned itself as an enemy of the enlightened world

organização; a pilhagem e o roubo de propriedades pública e privada; contrabando de gás natural e petróleo; doações de menor grau por patrocinadores estrangeiros, resgate de reféns, e vendas de antiguidades roubadas, bem como abuso de organizações de caridade e de auto financiamento através de meios legais, como empréstimos. A importância relativa dos vários fluxos de receita do grupo tem variado ao longo do tempo, o autor afirma que isso já é o caso do petróleo, que teve seu auge entre 2013 e 2014 no financiamento do grupo, mas que desde 2015 vem perdendo espaço, obrigando o grupo a uma busca contínua por novas fontes de renda, uma vez que as antigas estão se esgotando ou sendo cortadas (JONSSON, 2015).

Através de diversas pesquisas, Jonsson (2015) destaca a dificuldade de se chegar ao valor exato do total de recursos movimentado pelo EI por ano, isso, segundo autor, pela dificuldade de se estimar e verificar tais dados em regiões de conflito. Os valores mais elevados são estimados em cerca de 2 bilhões de dólares de receita ao ano, algo em torno de 7 bilhões de reais. Walt (2015) afirma que, no total, o grupo já pode estar movimentando quantias em torno de 8 bilhões de dólares, o que colocaria o EI, em uma comparação a nível de Estado, com uma economia do tamanho da de Barbados.

Apesar dos dados apresentados pelo grupo, e por algumas pesquisas, Jonsson (2015) questiona a abrangência destes e sua veracidade. Em primeiro lugar, os dados são baseados em fontes não transparentes, ao invés de em cálculos cuidadosos. Assim, exagerar o seu orçamento total pode muito bem ser parte da campanha de propaganda do EI. Além disso, as fontes primárias parciais, que são acessíveis ao público, são difíceis de se conciliar com o número 2 bilhões de dólares ao ano de receita. O autor cita o exemplo dos dados financeiros em Deir az-zoor - que é a região mais rica em petróleo na Síria e lar de aproximadamente 1/8 da população que vive sob controle do EI - a renda mensal do EI nessa região foi algo em torno de 8,4 milhões de dólares para janeiro de 2015. Da mesma forma, as estimativas iniciais de rendimentos sobre o contrabando de petróleo, de 1 milhão de dólares ou mais por dia, também já foram contestadas, tendo em conta que a produção é decrescente nos poços de petróleo sob seu controle, e que o preço do óleo vem se desvalorizando internacionalmente.

O ano de 2014 é considerado o auge da arrecadação monetária do EI com petróleo, nesse ano o grupo chegou ao controle de mais de 60% da capacidade de produção de petróleo na Síria e cerca de 10% do Iraque. Além de suprir suas necessidades petrolíferas, acredita-se que o EI vende o restante do produto no mercado negro local e o exporta, de forma bruta ou até refinado, para compradores na Jordânia, Irã, Curdistão e Turquia,

ademais existem relatos não confirmados que sugerem que um pouco desse óleo é contrabandeado para o regime sírio. Tais condições são facilitadas uma vez que o EI controla as vias de acesso para esses países, ponto a questão do petróleo, mesmo que em decadência, como crucial em temas energéticos e econômicos para o EI (BRISARD; MARTINEZ, 2014).

Por ter o controle de um território considerável, com grande riqueza de recursos naturais, o EI se tornou capaz de alavancar o seu próprio monopólio de importantes recursos para inchar suas finanças, além do petróleo e do gás natural, o grupo também explora outros segmentos lucrativos, tais como a mineração de fosfato e cimento, além do enxofre (BRISARD; MARTINEZ, 2014).

Ademais, Brisard e Martinez (2014) O Estado Islâmico está fazendo uso de facilitadores e redes bem estabelecidas de lavagem de dinheiro, algumas das quais foram criadas décadas atrás para cuidar exclusivamente do lado financeiro da organização, uma abordagem muito diferente da Al Qaeda, que movimentou por conta própria suas operações de financiamento, de uma maneira muito mais rústica. É visível assim o dinamismo e a complexidade que o EI atingiu em seus processos de arrecadação de fundos e na organização e distribuição dos mesmos.

3.2.2 Capacidades Militares

A Anistia Internacional (AI), em estudo publicado no fim de 2015, analisa primordialmente as capacidades militares do Estado Islâmico, bem como todo processo envolvendo a aquisição de armamentos e munição. O estudo evidencia que o EI é possuidor de um arsenal substancial de armas e munições, concebidos ou fabricados em mais de 25 países. Com este arsenal, o EI cometeu graves violações dos direitos humanos e violou o direito internacional humanitário diversas vezes. O grupo comete diversos atos de pura violência, principalmente ao longo do território do Iraque e da Síria, estes englobam raptos, estupros, tortura e assassinato de milhares de pessoas. Ademais, a AI aponta que a campanha militar desenvolvida pelo grupo tem alvejado civis implacavelmente com armas de pequeno porte, artilharia, um grande número de dispositivos explosivos improvisados (IEDs) e, possivelmente, com armas químicas.

O estudo da AI (2015) revelou uma compatibilidade próxima dos tipos de armas utilizadas pelo EI com as que vem sendo utilizadas pelo exército iraquiano nas últimas cinco décadas. A conclusão, então, é que uma parte substancial do arsenal atual do grupo

engloba armas e equipamentos saqueados, capturados ou ilicitamente negociados com militares iraquianos. O grupo também conquistou armamentos oriundos de outras fontes, notadamente da captura ou compra de armas fornecidas para armar grupos opositores do governo na Síria.

Ademais, a AI (2015) tem catalogado mais de 100 tipos diferentes de armas e munições, que vem sendo usados na Síria e no Iraque pelo EI. No Iraque, por exemplo, os EUA gastaram cerca de 25 bilhões de dólares entre 2003 e 2011 para treinar as forças de segurança iraquianas, tais forças acabaram entrando rapidamente em colapso quando confrontadas com os combatentes do EI, perdendo para o grupo grande parte de seus arsenais.

3.2.3 O fator ideológico e o uso da internet e redes sociais

Blanchard e Humud (2016) destacam a importância da ideologia para um entendimento mais completo do EI e de suas ambições. Para os autores, o grupo pode ser descrito como uma versão violenta, linha dura, do jihadismo salafista, ou seja, o grupo e seus apoiadores estão dispostos a usar a violência na luta armada para estabelecer o que eles veem como uma sociedade ideal, que seria baseada no seu entendimento do Islã Sunita. Tal entendimento pode ser ligado à vida do profeta Maomé, uma vez que o EI crê que os verdadeiros crentes muçulmanos devem seguir estritamente o estilo de vida que o grupo acredita que Maomé levava. Dessa forma, membros do EI descrevem sua organização como sucessora e defensora da abordagem do profeta Maomé, suportam assim uma visão apocalíptica de sua organização no papel de instigar um rompimento entre os reais muçulmanos e todos os outros considerados não crentes.

Basicamente, o EI busca a eliminação de outros idolatras, a promoção do monoteísmo rigoroso e a proteção das pessoas vistas como verdadeiros muçulmanos de ameaças causadas por idolatras, apóstatas (pessoa que renuncia ou renega uma crença ou religião da qual fazia parte), e outros não crentes. É importante destacar que essa interpretação estritamente violenta adotada pelo EI não é compartilhada por todos os muçulmanos no mundo, na verdade, a parcela de pessoas que com as mesmas visões religiosas que os líderes do EI é extremamente pequena quando comparada ao total de muçulmanos no mundo (BLANCHARD; HUMUD, 2016).

Ganor (2015) destaca que o EI também vem obtendo sucesso através do uso da internet e de redes sociais para transmitir sua ideologia e mensagens de crueldade,

conquistando as mentes e o coração de militantes que tem chegado de todo o mundo para se juntar ao grupo, ou conduzindo pessoas a realizarem ataques em diversos países por conta própria. O autor destaca que só em 2014 mais de 10 mil pessoas viajaram para o Iraque e para a Síria para se juntar ao EI, podendo esse número ter dobrado de tamanho em 2015. Uma vez o feito, elas recebem treinamento militar e são submetidos a intensos processos de radicalização. Uma pequena parte desses então combatentes retorna para seus países de origem nos quais são responsáveis por parte dos atos violentos praticados pelo grupo internacionalmente. O restante destes ataques são creditados para seguidores do EI que aprendem através de vídeos e outros conteúdos postados na internet os passos para realização de atos violentos.

3.3 A Reposta Internacional

Através do acima exposto é notável que o EI tem prejudicado drasticamente a estabilidade no Iraque, na Síria e no Oriente Médio, e que o grupo representa um risco para a paz e segurança globais. Dessa forma, é imprescindível que a comunidade internacional encontre um consenso sobre qual resposta é a mais eficaz frente à ameaça causada pelo EI. Nesse sentido, Pecht (2016) aponta que o combate ao EI, na maioria dos países afetados, precisa ser parte de esforços mais amplos e de longo prazo para restaurar a segurança, combater injustiças políticas, aumentar a produção econômica e promover uma governança eficaz.

Um dos primeiros países a se manifestar de forma firme sobre a necessidade de combater o EI foi os Estados Unidos, em discurso de setembro de 2014, o presidente Barack Obama destacou que a maior ameaça para a segurança do país vem de grupos terroristas localizados no Oriente Médio e na África, e que o principal desses grupo é o autodenominado Estado Islâmico. No mesmo discurso Obama afirma que:

o EI representa uma ameaça para o povo do Iraque e da Síria, e para o Oriente Médio como um todo - incluindo cidadãos americanos, pessoal e instalações. Se não for controlados, estes terroristas poderiam representar uma ameaça crescente para além dessa região - incluindo os Estados Unidos. Embora ainda não tenhamos detectado uma trama específica contra nossa pátria, os líderes EI ameaçaram os EUA e os nossos aliados. A nossa comunidade de inteligência acredita que milhares de estrangeiros - incluindo europeus e alguns americanos - se juntaram ao EI na Síria e no Iraque. Treinados e endurecidos para batalha, esses lutadores poderiam tentar regressar aos seus países de origem e assim realizar ataques mortais (OBAMA, 2014, tradução nossa).²

² No original: ISIL poses a threat to the people of Iraq and Syria, and the broader Middle East -- including American citizens, personnel and facilities. If left unchecked, these terrorists could pose a growing threat

No mesmo discurso, o presidente estadunidense define algumas das estratégias do país para conter os avanços do EI e sucessivamente derrotar o grupo. A primeira tática descrita por Obama consiste no bombardeio com ataques aéreos de alvos específicos, uma campanha sistemática com apoio do governo iraquiano. Uma segunda ação é o suporte e apoio as forças que combatem o EI em solo, principalmente o exército iraquiano. Por fim, o presidente afirma que vai continuar utilizando a inteligência do país para prevenir ataques terroristas, bem como prover apoio humanitário para os civis afetados pelo conflito na região, demonstrando o objetivo principal do país em eliminar o EI gradativamente.

Endossando a posição do presidente estadunidense, o Departamento de Defesa do país confirmou, em dezembro de 2014, a formação de uma coalizão internacional com o objetivo de enfraquecer gradualmente o EI, até sua eliminação total. A coalização representa um importante passo de união internacional para um objetivo comum, uma vez que 66 parceiros de coalizão se comprometeram com os objetivos de eliminar a ameaça representada pelo EI, e já vêm contribuindo de várias formas para o esforço no combate ao grupo no Iraque, na região e além. A amplitude e diversidade de parceiros que apoiam a coalizão demonstra a natureza global e unificada deste esforço.

Até agora, as operações militares externas contra EI têm se concentrado principalmente na ataques aéreos. Até o final de 2015, quase metade dos membros das Nações Unidas tomaram parte das abordagem militares contra do EI, de forma direta ou indireta. Embora a adesão a coalizões seja fluida, existem mais de 60 países em uma coalizão liderada pelos Estados Unidos, 34 na recente coalizão liderada pela Arábia Saudita, e 4 na coalizão liderada pela Rússia. Os EUA e seus parceiros de coalizão haviam realizado 3.162 ataques aéreos na Síria e 6.217 no Iraque até 9 de Dezembro de 2015, atingindo um total de 18.388 alvos. A campanha aérea teve resultados mistos, com críticos argumentando que ela tem feito pouco para minar o apelo da ideologia EI e poderia, em alguns casos, ter fortalecido os argumentos ideológicos defendidos pelos grupo, principalmente referente a hostilidade de países ocidentais com causas muçulmanas (PECHT, 2016).

beyond that region - including to the United States. While we have not yet detected specific plotting against our homeland, ISIL leaders have threatened America and our allies. Our intelligence community believes that thousands of foreigners -- including Europeans and some Americans -- have joined them in Syria and Iraq. Trained and battle-hardened, these fighters could try to return to their home countries and carry out deadly attacks.

Browning e Irish (2015) observam que a coalizão liderada pela Arábia Saudita, e que engloba países como Egito, Qatar, Emirados Árabes Unidos, Turquia, Malásia, Paquistão e outras várias nações africanas, demonstra a importância da ameaça representada pelo EI para os países do Oriente Médio, África e até da Ásia. Esta coalizão surge com o objetivo de lutar contra o terrorismo praticado pelo EI através do compartilhamento de informações, além de treinar, equipar e fornecer forças, se necessário, para a luta contra os militantes do Estado Islâmico.

Para Pecht (2016) a eficácia dos ataques aéreos é limitada, uma vez que o objetivo é maior que apenas o de conter os avanços do EI. Dessa forma, existe a necessidade de algo que a autora chama de botas no chão, ou seja, de efetivos militares que combatam o EI nos territórios controlados pelo grupo. Enquanto cidadãos privados, incluindo uma série de veteranos norte-americanos, se apresentaram como voluntários para lutar contra o EI, não há atualmente um apelo político em qualquer capital ocidental para a implantação de forças terrestres contra o EI. Mesmo se houvesse tal iniciativa, a autora afirma que não há uma solução meramente militar para derrotar o grupo.

Nesse sentido, deve-se destacar algumas das formas de combate não militares ao EI que já estão sendo postas em prática. A primeira delas consiste em evitar que estrangeiros viajem para as regiões controladas pelo EI, uma tarefa difícil, uma vez que não existe nenhuma base internacional de passageiros totalmente eficaz no rastreamento e identificação de possíveis combatentes, ou futuros combatentes, do EI. Outra forma de enfraquecer o grupo é o combater as suas formas propaganda e a disseminação de suas ideologias. Assim, se o EI perder seus seguidores, ele perde a sua força. Na arena de contra insurgência digitais, ainda há muito espaço para melhorias (PECHT, 2016).

3.4 Aplicação das teorias de balança de poder e de balança de ameaças para o EI

Uma vez que Estados devem delimitar o que põe em risco sua segurança, como afirma Waltz (1988), o enquadramento do EI como um desafio securitário internacional é possível e comprovado pela resposta internacional direcionada ao combate e eliminação do grupo. Dessa forma, as características internas do EI, e o padrão de ações tomadas pelos Estados envolvidos, serão os elementos fundamentais para uma análise comparativa das políticas de balança de poder e de balança de ameaças que podem estar sendo adotadas.

A teoria da balança de poder, como observado anteriormente, é tratada de maneiras diversas por diferentes autores neorrealistas, os pontos mais acentuados por estes são: as aspirações das nações por poder, de Morgenthau (1985), causando o balanceamento através do padrão de oposição direta ou através do padrão de competição; o desejo de sobrevivência e de manutenção de *status quo* destacado por Waltz (1979), bem como as ideias de balanceamento interno e balanceamento externo como opções para os Estados; a ideia de que Estados vão balancear para conter os mais fortes entre eles; o desejo de maximização de poder e conseqüentemente o balanceamento, na visão de Mearsheimer (2001), assim como a ideia de que Estados são revisionistas; por fim, destaca-se dentro da ideia de balança de poder o próprio conceito de poder e de sobrevivência.

Para Mearsheimer (2001), como já exposto anteriormente, dinâmicas de balança de poder devem levar em consideração a não existência de um governo supranacional, que todos os Estados são capazes de usar a força uns contra os outros; que não há segurança contra agressões; que Estados devem buscar manter sua integridade territorial e autonomia política; e que esses Estados são atores racionais, tais características, somadas ao desejo de maximização de poder dos Estados, estão no centro do entendimento do autor sobre a balança de poder.

Waltz (1979), por sua vez, destaca a importância para os Estados da manutenção de seus *status quo*, sendo que a formação de coalizões de balanceamento é uma das possíveis ações para alcançar tal objetivo. Assim, observar se o processo de combate ao Estado Islâmico pode ser entendido através da teoria de balança de poder é uma questão chave para esta pesquisa. Dessa forma, através do exposto pelos três autores supracitados, a análise da balança de poder pode ser feita por meio da comparação de capacidades militares, econômicas e populacionais do grupo com os principais países envolvidos na região.

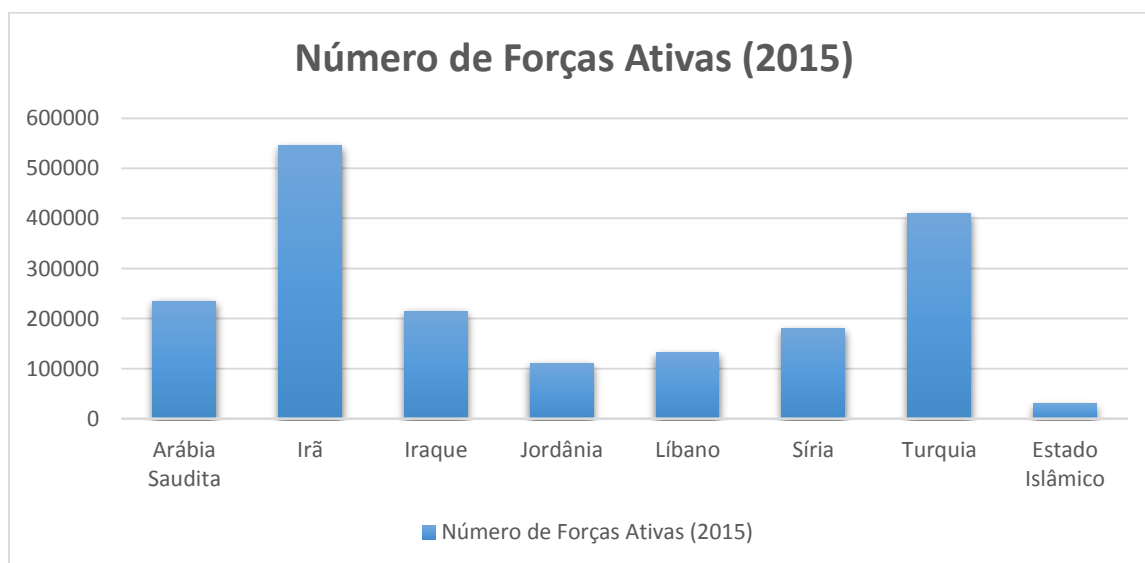
Primeiramente, a força econômica do EI deve ser colocada lado a lado com a de seus países vizinhos e dos países diretamente afetados pelo conflito, que como afirma Walt (2015), devem ser os primeiros a buscarem uma reação contra o grupo. Os dados da CIA (2015) sobre o Produto Interno Bruto (PIB) total de alguns países do Oriente Médio são, em ordem decrescente, os seguintes: Arábia Saudita 1,62 trilhões de dólares, Turquia 1,58 trilhões de dólares, Irã 1,35 trilhões de dólares, Líbano 83 bilhões de dólares, Jordânia 82,3 bilhões de dólares, Síria 65 bilhões de dólares (dados de 2014) e Iraque 37,1 bilhões de dólares. Já o EI apresenta segundo Walt (2015) na previsão mais elevada,

um PIB próximo a 8 bilhões de dólares. Uma análise visível dos dados acima é que o Estado Islâmico está longe de configurar um poder econômico em ascensão na região, e muito menos no mundo, que como via Waltz (1979) poderia resultar em políticas de balanceamento.

Outra importante capacidade estatal levantada pela teoria de balança de poder diz respeito ao tamanho da população e do território de um Estado. De acordo com a CIA (2015), as populações dos países já citados acima são respectivamente: Irã 81,8 milhões, Turquia 79,4 milhões, Iraque 37 milhões, Síria 17 milhões, Jordânia 8,2 milhões e Líbano 6,1 milhões. O Estado Islâmico, de acordo com estimativas feitas por Pecht (2016), possui o controle de aproximadamente 7 milhões de habitantes no território que domina, o que coloca o grupo uma população superior apenas à do Líbano. Dessa forma, o grupo não apresenta um componente populacional relevante para seu enquadramento como potência. Da mesma forma, Walt (2015) observa que o território comandado pelo grupo é ainda muito inferior aos seus Estados vizinhos, e que grande parte desse território se caracteriza por áreas de deserto, totalmente inabitadas.

Por fim, o poder militar do grupo deve ser visto como possível fator que levou os Estados a desenvolverem políticas de contenção contra o mesmo. Waltz (1979) afirma que as capacidades militares de um Estado são um fator fundamental no funcionamento da balança de poder, sendo assim, através dos dados do *Global Fire Power*, de 2015, uma comparação do número total de soldados disponíveis para o combate entre o Estado Islâmico e os Estados mais próximos foi realizada, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 1: Número de Forças Ativas por País.



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com dados do Global Fire Power.

A análise do gráfico nos permite avaliar que mesmo com as estimativas mais altas sobre o número de combatentes, que de acordo com Walt (2015) são de cerca de 30 mil homens, o Estado Islâmico não apresenta uma força militar superior a nenhum dos seus Estados vizinhos, chegando, no número total de soldados, a ser mais de dez vezes menor que as forças ativas do Irã e da Turquia. Morgenthau (1985) também destaca a quantia de armamentos que um Estado possui como fator fundamental para ser considerado poderoso, também nesse caso, o EI não consegue superar seus vizinhos, de acordo com dados da AI (2015) e do *Global Fire Power*. Portanto, não há poderio militar suficiente nas mãos do EI para que isso possa incentivar políticas de balanceamento dentro da ótica da balança de poder.

Ademais, a formação de três diferentes coalizões, ou alianças, para combater o EI deveria ser um caso entendível dentro da teoria da balança de poder. Entretanto, deve-se levar em consideração, como aponta Waltz (1979), que para a política de balança de poder tais coalizões são geradas para equilibrar as forças entre grandes potências, o caso do Estado Islâmico não representaria um caso tradicional de alianças em políticas de balanceamento, uma vez que grandes potências estão unindo forças para enfrentar um regime muito mais fraco em capacidades, e que não tem o poder de causar mudanças estruturais no sistema. Vale destacar que no centro da teoria de balança de poder encontra-se a ideia de que os Estados vão se unir em alianças com o objetivo de evitar sua dominação por outras potências, assim, Walt (2015) observa que com exceção do Iraque e da Síria (que mesmo assim, não devem perder mais territórios do que já perderam), nenhum Estado corre risco real de ser dominado pelo EI.

Como notado anteriormente, Waltz (1979) observa que o poder é medido pelo tamanho da população e território; dotação de recursos; capacidade econômica; força militar; estabilidade política e competências. No caso do EI, todos esses fatores indicadores de poder são muito inferiores aos países vizinhos do grupo, e ainda menores se comparados às grandes potências do sistema. Ademais, o poder também infere uma capacidade de afetar o comportamento, atitude, crença, ou propensão de agir de outro estado, algo que o Estado Islâmico, como afirma Walt (2015) não conseguiu e nem conseguirá.

Já a teoria de balança de ameaças, proposta por Walt (1985), destaca de um modo geral que o poder deve ser visto na forma de poder ameaçante, e que as principais fontes de ameaças encontram-se no próprio poder, proximidade, capacidade ofensiva e intenções ofensivas. Para o autor, os Estados só se envolveram em conflitos e em dinâmicas de

balanceamento se eles acreditam que isso vai torna-los mais seguros no futuro. O balanceamento contra ameaça ocorre, então, contra um poder ofensivo e/ou contra intenções ofensivas. O autor ainda relaciona sua ideia as visões de Estados revolucionários e como as dinâmicas de balança se tornam ainda mais contundentes nesses casos.

Para averiguar a compatibilidade da política de balanças de ameaças, deve-se levar algumas considerações expostas por Walt (2015). O autor concorda que temos que ver e analisar o EI como um Estado. Ainda, o grupo é o primeiro movimento extremista que combina tendências violentas, ambições grandiosas, e controle territorial. Para isso o autor argumenta que o Estado Islâmico é, em dimensões religiosas, apenas “o mais recente de uma longa linha de construção de Estados revolucionários, notavelmente semelhante em muitos aspectos com os regimes que emergiram durante as revoluções francesa, russa, chinesa, cubana, cambojana e iraniana” (WALT, 2015, p. 01). Tais movimentos foram tão hostis com as normas internacionais prevaletentes como o EI é hoje, e eles também utilizaram, em alguma medida, violência para eliminar ou intimidar rivais e demonstrar seu poder o resto do mundo. Portanto, para o autor, o EI deve ser encarado não só como um Estado, mas também como um Estado revolucionário.

As revoluções supracitadas são, para Walt (2015), uma comprovação de que quando elas envolvem grandes poderes, como Rússia, China e França, elas pressupõem grandes riscos, uma vez que tem a capacidade de espalhar seus princípios revolucionários para outras partes do mundo. Para o autor, o Estado Islâmico nunca vai chegar perto de ser um grande poder no sistema, e embora tenha atraído vários simpatizantes à sua causa, sua ideologia é muito limitada e seu poder para inspirar conquistas semelhantes fora do Iraque e da Síria é muito fraco.

A importância de revoluções recai no fato de que elas substituem um Estado existente por um novo, com novas bases políticas e novos princípios e, assim, entender o EI como um Estado revolucionário é fundamental. Dessa forma, uma vez que revoluções são lutas violentas as quais se colocam inúmeros obstáculos, um número grandes fatores deve estar combinado para o sucesso das mesmas. Movimentos revolucionários geralmente usam uma combinação de persuasão, intimidação e doutrinação para impor a obediência e incentivar o sacrifício para a conquista de seu objetivo, assim como o Estado Islâmico está fazendo agora. Isso se torna importante para o entendimento de até que ponto os combatentes do EI estão dispostos a chegar pela sua causa maior, a resposta atualmente tem sido assustadora (WALT, 1992).

Pode-se sublinhar que o EI através de seus líderes e ideologia, descreve o ocidente como inerentemente hostil à sua causa, bem como governos árabes e muçulmanos de hoje como entidades heréticas, contrárias à verdadeira natureza do Islã. Dessa forma, busca persuadir seus seguidores no propósito de substituir uma ordem existente, Walt (2015) destaca três formas que ideologias revolucionárias atuam. Primeiro, organizações revolucionárias descrevem seus oponentes como maus, hostis, e incapazes, assim, o compromisso com infiéis e apostatas não faz o menor senso para o grupo. Portanto, eles devem ser eliminados e substituídos por líderes seguidores do que o EI considera como verdadeiros princípios islâmicos. Segundo, organizações revolucionárias pregam que a vitória é inevitável, uma vez que seus seguidores permaneçam obedientes e firmes na causa. Nesse sentido, Baghdadi afirmou em 2014, para uma audiência de seguidores, que o seu Estado (EI) está bem e nas suas melhores condições, e que seus avanços não vão parar. Terceiro, líderes de movimentos revolucionários geralmente veem seu modelo como aplicável universalmente. No mesmo sentido, os líderes do EI acreditam que sua mensagem fundamentalista se aplica para todo o mundo muçulmano e além (WALT, 2015).

Consequentemente, conflitos entre regimes revolucionários e outros Estados são exacerbados por uma combinação paradoxal de insegurança e excesso de confiança dos dois lados. Isso porque líderes de movimentos revolucionários percebem que sua posição é delicada e que seus oponentes podem buscar sua destruição antes mesmo de conseguirem consolidar seu poder. Ao mesmo tempo, seu improvável sucesso, junto com uma visão otimista do mundo, leva estes a acreditarem que podem derrotar as dificuldades e superar oponentes muito mais fortes que eles. Por outro lado, o mesmo pode acontecer com Estados vizinhos do regime revolucionário, estes geralmente ficam alarmados com os objetivos extremos do possível novo Estado, mas ainda assim confiantes de que eles podem se livrar disso antes que o problema se consolide (WALT, 2015).

As complexas dinâmicas que envolvem Estados revolucionários estão todas presentes no caso do Estado Islâmico, como afirma Walt (2015). Seus líderes apontam o resto do mundo como hostil a seu regime e como hereges, acreditam que seus opositores estão fadados ao colapso e veem seu sucesso inicial na tomada de territórios no Iraque e na Síria “como o início de um levante transnacional irresistível que varrerá os Estados existentes” (WALT, 2015, p. 05). Essa visão das lideranças do EI destaca suas intenções ofensivas para o restante do mundo, característica esta que é colocada por Walt (1985) como uma das causas que levam os Estados a balancearem contra ameaças.

Parte do problema relacionado ao EI, e que dá destaque a uma abordagem do problema através da ótica da balança de ameaças, é que revoluções criam grande incerteza, o que por sua vez estimula os erros de cálculo. Essa situação é entendida, nas políticas de balança de ameaças, como fundamental, uma vez que a mesma acredita que certas ameaças, como as provenientes de Estados revolucionários, podem se tornar ainda maiores pelo simples fato de existir uma grande falta de conhecimento sobre com o que se está lidando (WALT, 1992). De uma forma geral, os estrangeiros geralmente tem pouco contato direto com o novo regime, então eles não podem avaliar suas reais intenções e seu nível de resposta, ou simplesmente comunicar seus principais destaques. Poucos estrangeiros se encontraram com os principais líderes do EI, por exemplo, então continua um mistério o que eles realmente acreditam e quão firmes eles vão se provar ser (WALT, 2015).

Ademais, Walt (1985) considera que é difícil julgar a capacidade de luta de um Estado revolucionário, especialmente como no caso do EI, uma vez que sua base está em fundações sociais diferentes e radicais. Também é impossível saber, ao certo, se a revolução se tornará contagiosa ou não, mas o medo que ela possa se tornar vai sempre existir. As ambições de tais regimes revolucionários vão conquistar inevitavelmente a simpatia de estrangeiros e fazer com que estes se unam a sua causa, aumentando o tamanho do problema e da ameaça.

O autor cita o exemplo do Iraque de Saddam Hussein para demonstrar os problemas dos erros de cálculo, no caso em questão o Estado iraquiano acreditou que uma queda de poder no Irã havia deixado o Estado enfraquecido e assim uma ataque seria possível, porém, quando suas forças invadiram o Irã o novo regime clérigo havia mobilizados poder militares e recursos suficientes para vencer as forças do Iraque (WALT, 2015).

Uma vez que poderes estrangeiros não podem saber com total certeza quão poderosa uma revolução vai se tornar, eles não podem determinar facilmente qual será a maior ameaça: a revolução em si ou a possibilidade de outros Estados vizinhos tomarem proveito do caos instalado, para aumentar seu poder e melhorar suas posições. Isso deve ser observado no caso do EI, mesmo que o grupo já tenha sido caracterizado como a maior ameaça, os Estados envolvidos no combate ao EI devem estar sempre preocupados com os possíveis resultados de uma vitória sobre a organização (WALT, 1992).

Outro problema considerável que é causado por revolução diz respeito ao fluxo de refugiados que buscam deixar a área envolvida no processo revolucionário. Os

refugiados optam tanto por persuadir grandes potências para ajudá-los a voltar para suas casas, oferecendo informações duvidosas sobre uma possível facilidade em derrotar o novo regime, como se fixam em outras países na busca de um novo lar, o que pode acarretar um sério problema para os países receptores, dependendo do tamanho de fluxo de refugiados que recebem (WALT, 1992).

Ademais, o EI tem mostrado surpreendente capacidade em prover segurança e serviços básicos no território que controla, Walt (2015) destaca que a força do grupo em atrair milhares de combatentes estrangeiros tem aumentando as preocupações sobre o alcance dos apelos do grupo, bem como com seu potencial em inspirar ataques violentos em outros países. Testemunhos de refugiados que deixaram a área controlada pelo EI tem amplificado o medo do grupo e reforçado a urgência de seus oponentes em destruir o grupo antes que ele consiga se tornar mais forte. Essa realidade remete a outra característica da política de ameaças que leva Estados a optarem pelo balanceamento: a capacidade ofensiva. Uma vez que essa característica é vista por Walt (1985) como a capacidade de afetar o outro, um aumento no número de seguidores do grupo também representa uma maior probabilidade de ações ofensivas no exterior e de vitórias nas regiões de conflito do Iraque e da Síria.

Para Walt (2015) o Estado Islâmico só conseguiu atingir seus parâmetros atuais por uma combinação de fatores trágicos: a invasão insensata dos Estados Unidos no Iraque, o governo do primeiro ministro Nouri al-Malik no Iraque que atuou de maneira particularmente divisória sobre a população e a ocorrência da guerra civil na Síria. Dessa forma, o autor acredita que é muito difícil que o grupo consiga replicar conquistas parecidas em outros lugares, ou seja, não é provável que o EI consiga replicar sua fórmula em outras partes do globo, e isso é importante para entender a ameaça representada pelo grupo e seu real tamanho.

Walt (2015) não crê que o EI pode se tornar uma ameaça maior do que a que ele já representa hoje, uma vez que suas tropas são teoricamente pequenas, cerca de 30 mil soldados prontos pro combate, de acordo com dados da inteligência estadunidense, e sem contar com uma real poder de projeção. O EI jamais conseguiria espalhar suas ideologias pelo mundo como a União Soviética conseguiu fazer no leste Europeu. Essa capacidade militar reduzida do grupo, juntamente com sua pequena população e economia, faz com qualquer análise sob a ótica da balança de poder se torne mais difícil.

Por sua vez, através da balança de ameaças admitisse que mesmo Estados pequenos podem ser alvos de ações de balanceamento se apresentarem intenções

ofensivas e predisposição de usar o seu poder ofensivo contra outros Estados. Tal situação é exatamente a situação posta pelo EI para os países próximos do grupo, assim, já é notado o balanceamento uma vez que o combate ao EI envolve também o Irã, as monarquias do Golfo, Jordânia, Líbano, Turquia, e outros governos muçulmanos da região. Estes países já estão trabalhando continuamente na contenção do EI, diminuindo sua influência, restringindo a admissão de novos membros, interrompendo seu financiamento, e encorajando autoridades religiosas locais a descreditar os apelos religiosos do grupo, bem como comunidades muçulmanas espalhadas pelo mundo vem trabalhando na contenção das mensagens espalhados pelo EI (WALT, 2015).

Através de uma análise do grupo, utilizando as ideias proposta pela teoria da balança de poder, Walt (2015) chega a conclusão que é impossível considerar o EI como um ator com capacidade de alterar a balança de poder de qualquer forma. Walt (2015) afirma que mesmo que o grupo conseguisse chegar a marca de mais de 100 mil combatentes, o que é muito improvável, ele não teria força suficiente para alavancar alguma alteração na balança de poder a seu favor, e assim exigir respostas de outros Estados pelas razões expostas por essa teoria. Além disso, a quantidade de muçulmanos realmente engajados nos ideias apresentados pelo grupo é praticamente insignificante, o que demonstra ainda mais a limitação de poder do EI em vários aspectos.

Um possível entendimento para dinâmicas de balança de poder encontra-se no fato que desde setembro de 2014, o EI é considerado responsável por uma série de ataques violentos fora da sua área de atuação geográfica, matando cerca de 600 pessoas fora do Iraque e da Síria, frente a um total de 14 mil pessoas assassinadas só em solo estadunidense no mesmo período. Walt (2015) então observa que todas as mortes causadas pelo EI são lamentáveis, mas estas não são suficientes para causar desequilíbrios na balança de poder.

Walt (2015) expõe o que poderia ser considerado o pior cenário com avanços do Estado Islâmico. Este considera que os Estados vizinhos ao EI são mais frágeis do que realmente se acredita, e que o exemplo representando pelo EI pode abalar as estruturas do Reino da Jordânia, ou da ditadura militar no Egito. Dada assim uma fragilidade da ordem no Oriente Médio e os descontentamentos provenientes da Primavera Árabe, poderia haver um possibilidade de expansão para o EI na região. Este improvável cenário poderia ser entendido como o surgimento de uma nova potência no Sistema Internacional, o que por sua vez, poderia ser entendido dentro da ideia tradicional de balança de poder.

Entretanto, Walt (2015) considera esse cenário acima exposto improvável. Para o autor os governos existentes na região, que poderiam se tornar alvos do EI, possuem capacidades monetárias consideravelmente maiores que o EI, bem como forças armadas organizadas, e suporte de autoridades religiosas e Estados estrangeiros simpatizantes. Tal combinação de fatores faz com que a chance de sucesso do EI em expandir seu regime seja extremamente baixa.

Uma política de contenção bem sucedida contra o Estado Islâmico deve assegurar que o grupo não conquiste novos territórios, bem como prevenir que mais pessoas adotem suas visões radicais. Uma vez que o EI pode ser considerado fraco e que sua mensagem é tão corrosiva, não está além da capacidade dos países da região evitar futuras expansões do grupo, necessitando apenas pequeno suporte dos Estados Unidos e dos países da coalizões existentes. Walt (2015) afirma que os curdos, os shiitas do Iraque, Irã, Turquia, Jordânia, as monarquias do Golfo, e Israel não vão observar o crescimento do EI sem tomar nenhuma ação, diferente disto, todos já estão agindo de alguma maneira para conter o grupo. Ademais, qualquer pequena vitória do EI vai encorajar seus vizinhos a balancearem contra ele de forma cada vez mais vigorosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa tinha como objetivo identificar como os Estados do Sistema Internacional estão reagindo frente à consolidação da ameaça representada pelo Estado Islâmico, analisando os casos através de uma visão neorrealista das Relações Internacionais, especificamente com uso das políticas de balança de poder e balança de ameaças. Para atingir esse objetivo, duas grandes etapas foram delimitadas: a primeira ilustrando os principais ensinamentos da escola neorrealista e buscando compreender as práticas de balanceamento, tanto em balança de poder quanto na balança de ameaças, e introduzir o conceito de Estado Revolucionário; e a segunda, destacando os acontecimentos que culminaram na formação do Estado Islâmico, abordando suas origens, táticas, objetivos, capacidades e ações. Ademais, buscou-se mostrar qual a reação internacional, e se essa pode caracterizar-se como uma condição de balança de poder, ou se o mais é propício enquadrar tal reação nos princípios norteadores da balança de ameaças.

Dessa forma, buscando entender as premissas básicas da teoria neorrealista, a primeira parte do trabalho partiu do entendimento de que a estrutura é composta por três características principais: ela é anárquica, ou seja, não há uma ordem hierárquica entre os Estados soberanos; as unidades são diferenciadas; e ocorre uma divisão de recursos materiais entre estas (WALTZ, 1979).

A anarquia não representa um estado de caos total entre os Estados, considera-se que a mesma apresenta certa ordem e que o que deve ser avaliado é a natureza dessa ordem e qual a sua extensão. Nesse contexto, é fundamental para os Estados garantir sua própria segurança e na maioria dos casos buscam manter o seu *status quo* (WALTZ, 1988). Entre as divergências encontradas entre os autores neorrealistas, destaca-se a visão de Mearsheimer (2001) de que os Estados não estão satisfeitos com seu *status quo*, na verdade para o autor os Estados vão adotar uma postura mais agressiva e revisionista no sistema, buscando a maximização de seus poderes, já que o sistema anárquico os coloca em tal posição.

Outra importante consideração a respeito da estrutura do Sistema Internacional diz respeito ao papel fundamental que o poder exerce na mesma, Waltz (1979) liga o conceito de poder diretamente com o de capacidades, assim, um Estado é poderoso na medida que combina força militar, população, economia, território e estabilidade e

competência. Baldwin (2006) entende que o poder está ligado a capacidade de um Estado afetar o comportamento, a atitude, ou a propensão de agir de outro de Estado.

De tal modo, a política internacional torna-se invariavelmente um campo no qual o conflito é recorrente, o mesmo tem diversas origens, seja a busca pelo poder e pela sobrevivência, pelas diferentes formas de governo, sistemas econômicos, ideologias políticas e instituições sociais, e em decorrência dele, diversas ações são tomadas entre os Estados para que o mesmo não ocorra com tanta frequência, ou para que seus efeitos sejam, de certa forma, atenuados (WALTZ, 1988).

O conceito de balança de poder coloca-se, dessa forma, como central para o entendimento do conflito para a corrente neorrealista. Para Morgenthau (1985) a balança de poder configura-se na medida que os Estados tem como principal aspiração o poder e que eles buscam manter o equilíbrio e a estabilidade do sistema, assim, toda vez que tal equilíbrio for perturbado os Estados buscaram o balanceamento como forma de conter um poder em ascensão, notadamente quando Estado expressa o desejo de ver suas políticas prevalecendo sobre as políticas de outras, e garantir, assim, sua segurança e autonomia frente a um possível poder ameaçante, seja de forma autônoma aumentando suas capacidades internas, ou através de alianças com outros Estados mais fracos para juntos tornarem-se mais fortes.

Waltz (1979) também acredita que em um sistema anárquico a política de balança de poder vai prevalecer entre os Estados, estes assumem a autoajuda como forma de ação e estão essencialmente preocupados com seus ganhos relativos no sistema. Por sua vez, o autor acredita que os Estados vão estar mais preocupados em manter sua posição no sistema do que em maximizar seu poder, dessa forma, forma-se alianças e buscam através do balanceamento uma forma de estarem mais seguros.

É na obra de Mearsheimer (2001) que encontra-se uma visão mais ofensiva das políticas de balança de poder, o autor argumenta que o Estados dificilmente estão satisfeitos com suas capacidades de poder no momento e assim atuaram no sistema buscando maximizar seus poderes. Como cada Estado tem seu interesse próprio, as políticas de balanceamento ocorrem de maneira temporária, sobretudo a formação de alianças, uma vez que estas são baseadas em interesses momentâneos, como a contenção de um poder em ascensão, elas só devem durar enquanto tal interesse persistir. Um traço comum para os três autores é que a balança de poder ocorre invariavelmente ligada às dinâmicas de poder e às capacidades que os Estado dispõe no Sistema.

Uma abordagem alternativa a de balanço de poder é proposta por Walt (1985). O autor não acredita que os Estados vão responder unicamente ao poder agregado, como fazem os autores que defendem a balanço de poder, mas que eles vão responder a poder ameaçante, ou a uma ameaça em si. Dessa forma, Walt propõe uma teoria chamada de balanço de ameaças, que leva em consideração duas principais fontes de análise, o poder ofensivo de um Estado e suas intenções.

As limitações da balanço de poder, ao fazer sua análise baseada somente em poder agregado, é que dessa forma tal teoria só leva em consideração a política de grandes potências, e mesmo assim apresenta falhas ao fazê-lo, tornando-se limitada e com capacidades explicativas insuficientes em diversos casos. Ao trazer a balanço de ameaças como objeto de estudo, Walt (1985) busca suprir as deficiências apresentadas pela balanço de poder. Primeiramente, ao analisar o poder ofensivo como central, o autor mostra que a quantidade de poder de um Estado não é condição essencial para o balanceamento, mas sim a propensão do mesmo em usar tal poder ofensivamente. Dessa forma, mesmo um Estado menor no sistema pode ser considerado uma ameaça na medida que dispõe de certo poder e pretende usá-lo ofensivamente contra um ou mais Estados.

Ademais, a balanço de ameaças também destaca as intenções de um Estado como decisivas na configuração de uma ameaça e na resposta em forma de balanceamento por outros Estados. Assim, quando acreditarem que uma nação está agindo, ou propensa a agir, de maneira incomumente agressiva, a tendência é que os Estados mais ameaçados buscam formas de conter e prevenir o crescimento e consolidação dessa ameaça (WALT, 1985).

Por fim, Walt (1985) destaca a necessidade de se estudar as revoluções e seus efeitos na política internacional, primeiro porque não há um acordo entre os Estados sobre como agir perante a eclosão de um Estado revolucionário no sistema, e segundo pela necessidade de uma perspectiva acadêmica. Entender as revoluções se torna, então, fundamental, estas causam guerras e aumentam o nível de ameaças para os Estados, encorajam o aumento da hostilidade entre os lados, acentuam os problemas ligados aos erros de cálculo e, de tal forma, geram políticas de balanceamento contra eles.

Já na segunda parte, uma análise do processo de formação do Estado Islâmico foi feita para auxiliar na resolução do problema de pesquisa. Tuck (2014) destaca que o grupo tem suas raízes na invasão dos Estados Unidos no Iraque em 2001, e posteriormente na sua separação da al-Qaeda do Iraque. O grupo assume objetivos grandiosos e declara o estabelecimento do Califado em 2014 sob liderança de al-Baghdadi, consegue atrair

milhares de simpatizantes e se aproveita da guerra civil na Síria e da falência do Estado iraquiano para conquistar cidades, armamentos e novas fontes de recursos.

Para entender o tamanho do problema causado pelo grupo, optou-se por uma avaliação das capacidades do mesmo dentro do que prevê a teoria neorrealista. Walt (2015) destaca as conquistas territoriais do EI dentro do Iraque e da Síria, uma área mais de duas vezes maior que o Líbano, e que engloba uma população de aproximadamente 7 milhões de habitantes. Saltman e Winter (2014) ainda notam que o grupo criou um estrutura governamental hierárquica muito semelhante a qualquer Estado hoje.

Sobre seu poderio econômico e militar, os números estudados são em muitas casos duvidosos, não existe segundo Jonsson (2015) um contato direto de estudiosos estrangeiros que possam produzir tais avaliações de forma confiável. O autor afirma que o financiamento do grupo vem basicamente da exploração de recursos naturais, como o petróleo, a tributação da população sob seu domínio, saques, roubos e outras fontes ilegais, além de doações de dinheiro clandestinas.

Blanchard e Humud (2016) apontam que o grupo se destaca no uso de redes sociais e da internet como um todo pra alcançar seus objetivos, atrair combatentes, inspirar admiradores pelo mundo a realizar ataques isolados, propagar sua ideologia violenta e intolerante e despertar a atenção da mídia mundial e dos principais chefes de Estado do globo. O número de viajantes internacionais que adentram os territórios da Síria e do Iraque para se juntar ao grupo comprovam a eficácia dessa tática de recrutamento mundial.

Frente ao exposto, buscou-se comprovar que uma resposta internacional compatível com as políticas de balanceamento a serem avaliadas estava em curso. Pecht (2016) ajuda a comprovar tal situação demonstrando a formação de coalizões internacionais para combater o grupo, bem como através dos discursos de líderes de diversos países, como Barack Obama, considerando o EI uma ameaça real à segurança de seus Estados e para a comunidade internacional como um todo. A presença de grandes potências como Estados Unidos, Rússia e dos mais fortes Estados europeus na formação destas coalizões demonstra o caráter global que a ameaça do EI atingiu e que políticas de balanceamento estão sim em ação.

Admitindo que políticas de balanceamento estão em curso contra o EI, passou-se então a análise qual destas se enquadra no caso do grupo, o tradicional conceito de balança de poder ou o novo, proposto por Walt (1985), de balança de ameaças. Para tal, uma

comparação das principais características propostas para cada tipo de balanceamento foi feita com a realidade apresentada pelo EI frente a estas.

Dessa forma, utilizando as principais ideias presentes na balança de poder, sendo estas apresentadas por Waltz (1979), Morgenthau (1985) e Mearsheimer (2001), pode-se avaliar o processo de balanceamento contra o Estado Islâmico e destacar se ele se caracteriza dentro do pensamento dos autores. O que foi observado é que apesar de seu desejo por poder e seus objetivos grandiosos, o processo de balanceamento não deveria ocorrer contra o EI caso a balança de poder fosse levada em consideração.

Primeiro, o grupo apresenta uma força militar compativelmente baixa mesmo entre os seus Estados vizinhos, os dados do *Global Fire Power* de 2015 apontam uma supremacia de efetivos militares da Turquia, Irã e Arábia Saudita, e mesmo os menores Estados da região, como Líbano e Jordânia, também conseguem superar individualmente o número de soldados que o EI possui hoje. Waltz (1979) destaca que a capacidade militar dos Estados é uma das principais causas da balança de poder, na qual os Estados vão buscar neutralizar uma potência em ascensão ou já consolidada, seguindo tal lógica, os Estados não deveriam se preocupar com o poder militar do Estado Islâmico, uma vez que ele é reduzido, e como afirma Walt (2015) já vem perdendo força dentro do Iraque e da Síria.

Segundo, Morgenthau (1985) destaca que a balança de poder vai funcionar através da diminuição da força de uma nação mais forte ou através de aliança de Estados mais fracos para fazer frente a um poder maior. Nenhum dos dois casos pode ser percebido nas políticas de balanceamento contra o Estado Islâmico, são Estados mais fortes que o EI se unindo contra ele. O autor também destaca as questões de território, população e economia para que um Estado possa alterar a balança de poder e causar o balanceamento, assim como fazem Waltz (1979) e Mearsheimer (2001). No caso do EI, sua economia é colocada por Walt (2015) como comparável a Barbados, pequena ilha do Caribe, ou seja, a força econômica do grupo é muita baixa, e quando comparada aos seus países vizinhos ela chega a ser mais de dez vezes menor em termos de PIB. Além disso, Jonsson (2015) observa que o grupo vem perdendo fontes de financiamento ao mesmo tempo que muitas destas já se esgotaram.

Por fim, ao analisar território e população percebe-se novamente a inferioridade do grupo perto de seus países vizinhos, que mesmo longe de serem as maiores economias, ou de terem os maiores territórios e populações do globo, ainda são consideravelmente superiores ao EI em todos estes aspectos de análise. Assim, como observa Walt (2015), o

grupo não tem força e nem capacidade de alterar as dinâmicas de balança de poder globais e mesmo que as previsões mais otimistas sobre seu crescimento se concretizem, o EI ainda será, se comparado aos demais Estados da região, muito inferior em capacidades gerais.

Para, então, explicar as dinâmicas de balanceamento em movimento hoje, foram analisadas as características da política de balança de ameaças bem como foi feito o enquadramento do EI como Estado revolucionário, através desta avaliação concluiu-se que o grupo vem causando o balanceamento internacional porque se enquadra dentro da ideia de balança de ameaças proposta por Walt (1985), e também pode ser visto como um Estado revolucionário.

Walt (1985) destaca que os Estados vão balancear contra ameaças frente a poder ofensivo e/ou intenções ofensivas, e que isso inclui questões como proximidade geográfica, poder agregado, capacidades ofensivas, erros de cálculo e diferentes formas de ideologias e políticas, assim, quando na presença destes fatores, mesmo Estados considerados pequenos no sistema podem desencadear políticas de balanceamento. No caso do Estado Islâmico, Walt (2015) afirma que o mesmo deve ser entendido como um Estado e mais que isso, que ele representa um caso moderno de Estado revolucionário, sendo um movimento extremista que possui tendências violentas, ambições grandiosas, controle territorial e populacional e uma organização estatal em formação.

As políticas de balanceamento vistas contra o EI, são resultado, em parte, do que Blanchard e Humud (2016) afirmam ser um movimento extremamente hostil aos seus oponentes, que deseja abertamente a eliminação daqueles que buscam impedir a formação de seu Califado. No mesmo sentido, Walt (2015) observa que o grupo utiliza violência para eliminar ou intimidar seus rivais e mostrar seu poder para o resto do mundo. Ainda sobre suas intenções, o EI busca impor uma nova forma de governo baseada nas leis da sharia e na sua interpretação das mesmas, esse objetivo é uma clara ameaça aos governos muçulmanos que em sua totalidade discordam e não reconhecem a legitimidade do EI.

Quanto as questões envolvendo poder e capacidades, no caso da balança de ameaças elas assumem outra dimensão, uma vez que não se trata mais de poder como um todo, mas sim, como nota Walt (1985), da capacidade de causar danos ao outro com o poder relativo que um Estado possui. O EI, como Blanchard e Humud (2016) mostram, conseguiu inúmeras vitórias em territórios do Iraque e da Síria, o que mostra sua capacidade de agir ofensivamente nas suas proximidades. Assim, a região do Oriente Médio é tratada por Walt (2015) como a mais provável de sofrer algum tipo de violência

direta acarretada pelo EI, descartando os casos de ataques isolados causados por combatentes espalhados pelo mundo. Esse poder ofensivo apresentado pelo EI tem como causa direta a formação da coalização liderada pela Arábia Saudita, e que engloba quase a totalidade dos países do Oriente Médio, uma clara prova que fatores como proximidade e propensão de usar o seu poder, mesmo que reduzido, contra outros Estados resulta em políticas de balanceamento.

Por fim, o entendimento de Walt (2015) que o EI é um Estado revolucionário colabora com a configuração de balanças de ameaças, uma vez que o desconhecimento sobre o grupo cria poderosos incentivos para o conflito e obriga os Estados a reagirem perante a nova ameaça para suas seguranças. Assim, as ações internacionais apresentadas representam um caso completo de balança de ameaças, no qual Estados reagem perante uma ameaça com intenções altamente hostis e ofensivas e que apresenta um poder suficiente para causar preocupações suficientes para que sua eliminação seja um objetivo comum entre grande parte dos Estados os Sistema Internacional.

REFERÊNCIAS

AMIN, Musarat; NASEER, Rizwan. Balance of Power: A Theoretical explanation and Its Relevance in Contemporary Era. **Journal Of Social Sciences**, Berkeley, v. 01, n. 10, p.01-16, jan. 2011. Disponível em:

<<http://www.berkeleyjournalofsocialsciences.com/novdec3.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Taking Stock: The Arming of Islamic State**. 2015.

Disponível em:

<https://www.es.amnesty.org/uploads/media/Taking_Stock_The_arming_of_IS.pdf.pdf>. Acesso em: 11 maio 2016.

BALDWIN, David. **Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1993. 375 p. (New Directions in World Politics).

BITTENCOURT, Paulo Victor Zaneratto. A Cooperação Internacional na Teoria Realista das Relações Internacionais: Notas Introdutórias Sobre a Obra de Kenneth Waltz. In: SEMACIP, 03, 2014, São Carlos. **Anais...** São Carlos: Ufscar, 2014. p. 01 - 12.

BLANCHARD, Christopher; HUMUD, Carla. The Islamic State and U.S. Policy.

Congressional Research Service, Washington DC, v. 5, n. 01, p.01-24, jun. 2016.

BRANCOLI, Fernando. Estado Islâmico: inimigo ideal e ameaça etérea. Mundorama: Divulgação Científica em Relações Internacionais, Brasília, 22 ago. 2014. Disponível em:

<<http://mundorama.net/2014/08/22/estado-islamico-inimigo-ideal-e-ameaca-eterea-por-fernando-brancoli/>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

BRISARD, Jean-Charles; MARTINEZ, Damien. **Islamic State: The economy-based**

terrorist funding. 2014. Elaborado por Thomson Reuters. Disponível em: <http://cat-int.org/wp-content/uploads/2016/06/White-Paper-IS-Funding_Final.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BROWNING, Noah; IRISH, John. **Saudi Arabia announces 34-state Islamic military alliance against terrorism**. 2015. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-saudi-security-idUSKBN0TX2PG20151215>>. Acesso em: 02 maio 2016.

CALFAT, Natalia Nahas. O Estado Islâmico do Iraque e do Levante: Fundamentos Políticos à Violência Política. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 06, n. 31, p.06-20, jul. 2015. Disponível em: <<http://oaji.net/articles/2015/2137-1442955212.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

ESTADOS UNIDOS. CIA. . **The World Factbook**. 2015. Disponível em:

<<https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

ESTADOS UNIDOS. DEPARTAMENTO DE ESTADO. **The Global Coalition to Counter ISIL**. 2014. Disponível em: <<http://www.state.gov/s/seci/>>. Acesso em: 12 maio 2016.

FIGUEIREDO, Vanessa Barbosa. **Equilíbrio de Poder: A China Como Potência Balanceadora Do Poder Norte-Americano**. 2010. 32 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Uni-bh, Belo Horizonte, 2010.

GANOR, Boaz. Four Questions on ISIS: A “Trend” Analysis of the Islamic State. **Perspectives On Terrorism**, Massachusetts, p.56-64, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.terrorismanalysts.com/pt/index.php/pot/article/view/436>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

GLOBAL FIRE POWER. **Active Military Manpower by Country**: Active available personnel form the spearhead of any military endeavor. 2015. Disponível em: <<http://www.globalfirepower.com/active-military-manpower.asp>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

GRIECO, Joseph M. Anarchy and the Limits of Cooperation: A Realist Critique of the Newest Liberal Institutionalism. **International Organization**, Massachusetts, v. 42, n. 3, p.485-507, jul. 1988.

JONSSON, Michael. **Funding the Islamic State**: Sources of Revenue, Financing Requirements and Long-Term Vulnerabilities to Counter-Measures. 2015. Elaborado por Swedish Defense Research Agency. Disponível em: <[www.foi.se/Documents/FOI Memo 5525.pdf](http://www.foi.se/Documents/FOI_Memo_5525.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2016.

JORGE, Bernardo Wahl G. de Araújo. Avaliação das ameaças globais aos Estados Unidos. Mundorama: Divulgação Científica em Relações Internacionais, Brasília, p.1-3, 22 fev. 2012. Disponível em: <<http://mundorama.net/2012/02/22/avaliacao-das-ameacas-globais-aos-estados-unidos-por-bernardo-wahl-g-de-araujo-jorge/>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

MEARSHEIMER, John. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W.W. Norton & Company, 2001.

_____. **Structural Realism**. 2006. Disponível em: <<http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/StructuralRealism.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

MORGENTHAU, Hans J. **Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace**. 7. ed. Boston: Mc Graw Hill, 1985. 703 p.

NAGEL, Jack H.. The Descriptive Analysis of Power. **American Journal Of Sociology**, Chicago, v. 82, n. 04, p.1165-1168, mar. 1975.

NASSER, Reginaldo. O Que Move o Estado Islâmico? Carta na Escola. São Paulo, Ed. 92, Nov. 2014. Disponível em: <<http://www.cartaeducacao.com.br/aulas/o-que-move-o-%E2%80%A8estado-islamico/>> . Acesso em: 13 mai. 2016.

OBAMA, Barack. **President Obama's Speech on Combating ISIS and Terrorism**. 2014. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2014/09/10/politics/transcript-obama-syria-isis-speech/>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

PECHT, Manjana. International responses to ISIS (and why they are failing). **Sipri**, Estocolmo, v. 01, n. 01, p.01-03, jan. 2016. Disponível em: <<https://www.sipri.org/commentary/essay/2016/international-responses-isis-and-why-they-are-failing>>. Acesso em: 02 maio 2016.

RUGGIE, John Gerard. Territoriality and Beyond: : Problematizing Modernity in International Relations. **International Organization**, Massachusetts, v. 47, n. 01, p.139-174, jan. 1993.

SALTMAN, Erin Marie; WINTER, Charlie. **Islamic State: The Changing Face of Modern Jihadism**. Londres: Quilliam, 2014. 72 p.

SPROUT, Harold; SPROUT, Margaret. **The Ecological Perspective in Human Affairs: With Special Reference to International Politics**. Princeton: Princeton University Press, 1965. 236 p.

TUCKER, Colin. **The Islamic State: Origins, Goals, and Future Implications**. 2014. Eurasia Center. Disponível em: <https://eurasiacenter.org/publications/ISIS_Briefing_Colin_Tucker.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2016.

WALT, Stephen. Alliance Formation and the Balance of World Power. **International Security**, Harvard College, v. 9, n. 4, p.03-42, abr. 1985. Disponível em: <<http://www.ou.edu/uschina/gries/articles/IntPol/Walt.1985.IS.Alliances.BOP.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2016

_____. **Alliances: Balancing and Bandwagoning**. 1987. Elaborado por Cornell University. Disponível em: <<http://www.ou.edu/uschina/texts/WaltAlliances.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

_____. ISIS as Revolutionary State: new twist on an old story. **Foreign Affairs**, Estados Unidos, v. 94, n. 6, p.01-11, dez. 2015. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/isis-revolutionary-state>>. Acesso em: 02 maio 2016.

_____. Revolution and War. **World Politics**, Cambridge, v. 44, n. 03, p.321-368, abr. 1992.

WALTZ, Kenneth. Man, the State, and War: A Theoretical Analysis. NY: Columbia University Press, New York, p. 23, 4ª ed, 2001.

_____. The Origins of War in Neorealist Theory. **Journal Of Interdisciplinary History**, Massachusetts, v. 18, n. 4, p.615-628, maio 1988.

_____. Theory of international politics. Long Grove: Waveland, 1979. 251 p.

_____. Structural Realism after the Cold War. **International Security**, Massachusetts, v. 25, n. 1, p.05-41, jun. 2000.

_____. International politics is not foreign policy. *Security Studies*, Vol. 6, n. 1, 1996, pp. 54- 57

WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. 429 p.

WOHLFORTH, William C. *The Stability of a Unipolar World*. **The Mit Press Journals**, Massachusetts, v. 24, n. 01, p.05-41, jul. 1999.